

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

RAQUEL ELINE DA SILVA ALBUQUERQUE

**OS FATOS SOCIAIS DO ENFRENTAMENTO DA ALAGAÇÃO DE 2015 EM RIO
BRANCO-AC**

Porto Alegre

2018

RAQUEL ELINE DA SILVA DE ALBUQUERQUE

**OS FATOS SOCIAIS DO ENFRENTAMENTO DA ALAGAÇÃO DE 2015 EM RIO
BRANCO - AC**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Albuquerque, Raquel Eline da Silva
Os fatos sociais do enfrentamento da alagação de
2015 em Rio Branco - AC / Raquel Eline da Silva
Albuquerque. -- 2018.
93 f.
Orientador: Maria Ceci Misoczky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2018.

1. Estudos Organizacionais . 2. Alagação . 3. Rio
Branco. 4. Carlos Matus. 5. Teoria da Produção Social.
I. Misoczky, Maria Ceci, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a Asaph e Laura Mila.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento especial de poder registrar a gratidão a todos que contribuíram para a minha trajetória neste Mestrado.

À UFAC, pelos esforços dos professores Dr. Minoru Kimpara, Dra. Guida Aquino e Dr. Josimar e da equipe da Propeg, que realizaram o projeto do Minter UFAC-UFRGS.

A todos os professores do PPGA da UFRGS que apostaram neste programa e se disponibilizaram a vir dar aulas em Rio Branco. Mesmo diante do dissabor de um deslocamento longo e cansativo, estiveram com todo o entusiasmo em suas aulas.

Aos meus colegas de curso que foram companheiros e tornaram mais leve a caminhada.

Aos Professores e colegas do Grupo de Pesquisa Práxis Libertadora que me acolheram em Porto Alegre.

Ao Professor Dr. Ariston Azevedo, que me acompanhou no estágio supervisionado e, certamente, foi um apoio nas angústias de elaboração do projeto de dissertação.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Ceci, que me desafiou a avistar a possibilidade de um mundo melhor.

Aos meus colegas da Procuradoria Geral do Município de Rio Branco, que seguraram as cordas enquanto eu me dedicava a este Mestrado.

Ao meu esposo, Patrício, meus filhos, Asaph e Laura Mila, e a toda minha família, que me apoiou de forma incondicional em todos os momentos.

A Deus, pois dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas.

*“A liberdade de escolha mais importante para o
homem é a de escolher seu futuro”*
(Carlos Matus)

RESUMO

A cidade de Rio Branco foi fundada às margens do rio Acre. De seringal à porto comercial, de vila à capital do estado, sempre conviveu com a sazonalidade amazônica que alterna períodos de intensas chuvas, com cheias e enchentes que atingem os moradores mais próximos, e períodos de seca, com a necessidade de racionar o abastecimento de água. A relação da população com o rio, a disputa por locais de habitação e a relevância dos problemas ambientais na intencionalidade coletiva criam um campo de disputas que inclui situações de conflito e de cooperação, com uma decorrente produção social que se expressa na produção do espaço, nos modos de vida e no marco regulatório. Em 2015, ocorreu a maior cheia do Rio Acre, que chegou a atingir 1/3 do território da cidade e demandou a cooperação entre atores sociais para o auxílio da população atingida. Além disso, colocou em questão a necessidade de ações de planejamento e políticas urbanas para enfrentar eventos futuros. Para compreender a produção social deste fenômeno, é preciso considerar os atores sociais e os interesses em disputa. Atores tais como a administração municipal e o governo estadual, Ministério Público, associações de moradores, grupos empresariais, especuladores da renda da terra, se encontram em um jogo que envolve relações que vão do conflito à cooperação, produzem fatos sociais e visam, em última instância, configurar um marco regulatório e uma política urbana que contemple seus propósitos. O uso da Teoria da Produção Social, desenvolvida por Carlos Matus, permitiu compreender, a partir da análise de atores e dos recursos de poder que mobilizam, dos fatos que produzem na interação social e das acumulações que se consolidam, as tendências da produção social relacionadas a esse problema.

Palavras chave: Alagação. Rio Branco. Produção Social.

ABSTRACT

The city of Rio Branco was founded on the banks of the Acre River. From *seringal* to commercial port, from village to state capital, it has always coexisted with the Amazonian seasonality that alternates periods of intense rains, with floods and floodings that affect the nearest residents, and periods of drought, with the need to ration the water supply. The relationship between the population and the river, disputes over housing places and the relevance of environmental problems in collective intentionality create a field of disputes that includes situations of conflict and cooperation, with a consequent social production, which is expressed in the production of space, in the ways of life and in the regulatory framework. In 2015, the largest flood of Acre River occurred, which affected 1/3 of the city's territory and required the cooperation among social agents for the aid of the affected population. In addition, it brought into question the need for planning actions and urban policies to address future events. In order to understand the social production of this phenomenon, it is necessary to consider the social agents and interests in dispute. Agents, such as the municipal administration and state government, Public Prosecutor's Office, residents' associations, business groups and speculators with an income from the land, are engaged in a situation which involves relationships ranging from conflict to cooperation, produce social facts and aim, in the last instance, at setting a regulatory framework and an urban policy that contemplates its purposes. From the analysis of agents and the power resources that they mobilize, the facts that they produce in social interaction and the accumulations that are consolidated, the use of the Theory of Social Production, developed by Carlos Matus, has enabled us to understand the trends of social production that are related to this problem.

Keywords: Flooding. Rio Branco. Social Production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O processo de Produção Social.....	22
Figura 2 - Motivação	23
Figura 3 - Cinco elementos do poder de um ator	25
Figura 4 - Foto do Bairro Cadeia Velha em março de 2015	31
Figura 5 – Alagação em Rio Branco no ano de 1922.....	33
Figura 6 – Imagem do Google Earth, Bairro Cadeia Velha ano de 2011.....	38
Figura 7 – Passagem de caminhões na BR 364 em abril de 2014.....	39
Figura 8 – Rio Madeira em janeiro de 2015.....	40
Figura 9 – Prefeito Marcus Alexandre acompanhando construção de abrigos.....	42
Figura 10 – Cerimônia de lançamento da Revisão do Plano Diretor de Rio Branco	43
Figura 11 – Foto da alagação de 2015 em Brasília	44
Figura 12 – Foto da alagação de 2015 em Xapuri	45
Figura 13 - TJ lança campanha Judiciário Solidário.....	46
Figura 14 – Zona rural na alagação de 2015.....	47
Figura 15 - Visita do Ministro da Integração Nacional	48
Figura 16 – Artistas participantes de campanha de doações.....	52
Figura 17 - Prefeito recebe doações da ALEAC em 9 de março	53
Figura 18 – Quarta ponte no dia 2 de março	53
Figura 19 – As três pontes interditadas	54
Figura 20 - Visita do Ministro da Integração em 2 de março.....	55
Figura 21 - Terminal de Ônibus alagado em 4 de março.....	56
Figura 22 - Caçambas sobre a Ponte Metálica em 4 de março.....	56
Figura 23 - Estação de Tratamento de Água alagada em 4 de março	57
Figura 24 – Foto no Calçadão da Gameleira em 4 de março	57
Figura 25 – CMRB atingida pela alagação em 5 de março	59
Figura 26 - Entrega de kits	59
Figura 27 - Lançamento do Plano Emergencial de Limpeza em 6 de março	60
Figura 28 - Dilma chegando ao Acre em 11 de março de 2015	61
Figura 29 - Imagem do Google Earth, Bairro Cadeia Velha ano de 2017.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural do Brasil de 1950 a 2010.....	35
Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural do Acre de 1950 a 2010.....	35
Gráfico 3 - Série histórica das maiores cotas de alagação em Rio Branco.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos recursos de poder utilizados no jogo social	73
Quadro 2 – Motivação dos atores em relação a ACP da Cidade do Povo.....	75
Quadro 3 – Motivação dos atores em relação à preparação para a alagação e fechamento da BR	76
Quadro 4 – Motivação dos atores em relação à CPI sobre a Operação Lares	76
Quadro 5 – Motivação dos atores em relação à aprovação do Plano Diretor.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acisa	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrícola do Acre
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Cohab	Companhia de Habitação do Estado do Acre
CQCT	Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Depasa	Departamento de Pavimentação e Saneamento
Deracre	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
FAB	Força Aérea Brasileira
Fecomércio	Federação do Comércio do Estado do Acre
Fide	Formulário de Informação de Desastre
Fieac	Federação das Indústrias do Estado do Acre
FPA	Frente Popular do Acre
Ifepac	Instituto Fecomércio de Pesquisas Empresariais
Imac	Instituto do Meio Ambiente do Estado do Acre
MPAC	Ministério Público do Estado do Acre
OMS	Organização Mundial de Saúde
PMRB	Prefeitura Municipal de Rio Branco
PT	Partido dos Trabalhadores
Safra	Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta
Sedec	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEHAB	Secretaria de Estado da Habitação de Interesse Social
SEMCAS	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
Semsur	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SMDGU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana
TJAC	Tribunal de Justiça do Estado do Acre
TPS	Teoria da Produção Social
Umamrb	União das Associações de Moradores de Rio Branco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TEORIA DA PRODUÇÃO SOCIAL	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3 A ALAGAÇÃO EM RIO BRANCO.....	31
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO	32
3.2 A ALAGAÇÃO DE 2015	41
4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOCIAL NA ALAGAÇÃO DE 2015 EM RIO BRANCO.....	67
4.1. AS REGRAS BÁSICAS E IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS QUE PRODUZIRAM FATOS SOCIAIS NA ALAGAÇÃO DE 2015	67
4.2. RECURSOS DE PODER UTILIZADOS PELOS ATORES SOCIAIS	71
4.3. MOTIVAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	74
4.3.1. Ação Civil Pública da Cidade do Povo	74
4.3.2. Preparação para a alagação e fechamento da BR 364	75
4.3.3. CPI da Alec sobre a Operação Lares.....	76
4.3.4. Aprovação da Revisão do Plano Diretor	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização da cidade de Rio Branco potencializou as consequências das alagações¹ do Rio Acre. Mesmo sendo um problema histórico, pouco se avançou para que a cidade reduzisse os prejuízos a cada episódio de alagação. Os chamados “desastres naturais” estão cada vez mais em pauta dado o aumento da ocorrência de eventos extremos e a alardeada mudança climática. Entretanto, as políticas públicas de gestão de risco e resposta a desastres naturais não avançam na solução dos problemas.

No inverno amazônico² de 2015, o Rio Acre alcançou a maior cota registrada: 18,40m (dezoito metros e quarenta centímetros)³. Cerca de 1/3 do território da cidade foi atingido e, de acordo com o Formulário de Informação de Desastre (Fide), 10.4 mil pessoas ficaram desabrigadas e outras 87 mil foram diretamente atingidas, o que deixou em colapso parte dos sistemas urbanos de infraestrutura, como água, saneamento, energia e transporte. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) decretou Estado de Calamidade Pública, e estima-se que os prejuízos financeiros com a alagação chegaram a 274 milhões de reais. Pouco mais de três anos depois, é preciso refletir sobre as ações de enfrentamento do problema realizadas nesse período.

Nas ações de socorro daquele desastre, se constatou o protagonismo da Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB) na organização dos abrigos, intervenções no trânsito e acesso de vias e pontes, além de adequações do sistema de transporte coletivo e monitoramento da elevação da cota do rio. A parceria com o Governo Estadual e a liberação de verbas federais para auxílio dos gastos emergenciais foi imprescindível naquela atuação. Ademais, outras organizações públicas, como o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), cooperaram com a PMRB. Ainda que essa cooperação tenha acontecido, não foi suficiente para fazer frente a todas as demandas do período.

Organizações como as associações representativas de empresários do ramo comercial, que possuem interesses diretos tanto no fornecimento de produtos e serviços para o período crítico da alagação, como na liberação de linhas de crédito facilitado sob o argumento de

¹ O termo “alagação” é utilizado na região Norte como sinônimo de “inundação”. A adoção dessa terminologia local, a exemplo do que fez Landmann (2014), tem a intenção de reforçar a perspectiva social desta análise.

² O inverno amazônico corresponde aos meses de janeiro a abril (ALMEIDA NETO, 2015).

³ A Defesa Civil classifica a magnitude das alagações mediante a cota alcançada pelo rio, de forma que até 14m não há alagação; entre 14m e 15m é considerada pequena; entre 15m e 16m, média; entre 16m e 17m, grande e, acima de 17m extraordinária (RIO BRANCO, 2016).

reparação dos prejuízos causados pela enchente, também se envolveram. Finalmente, um terceiro grupo de organizações atuantes no enfrentamento da alagação é o das igrejas e outras entidades de ação social que se mobilizaram voluntariamente para auxílio dos desabrigados e arrecadação de doações.

A produção científica a respeito dos fenômenos de desastres tem chegado a conclusões semelhantes, ao constatar que a vulnerabilidade social e econômica é a característica da maior parte da população que sofre as consequências mais severas dos desastres. Os estudos a esse respeito em Rio Branco confirmam essa ideia. Nesse sentido, as alagações são desastrosas menos por causa de sua imprevisibilidade ou proporção, e mais por causa da crescente desigualdade social e econômica. Ainda que não sejam desprezíveis as variações climáticas dos últimos anos, as alagações são previsíveis, dada a regularidade sazonal do inverno amazônico. O cruzamento de dados das áreas atingidas e informações do banco de dados do Programa Bolsa Família permite inferir que os impactos das alagações se devem à ocupação crescente e desordenada das planícies de inundação por populações socialmente vulneráveis (DUARTE, 2015).

Em trabalho intitulado *Movimentos de massa nos barrancos do Rio Acre e suas implicações sócio-econômicas na área urbana de Rio Branco – Acre*, Lima (1998) estudou causas e fatores relacionados a deslizamentos de terra e constatou que as ocupações nestas áreas alagadiças eram predominantemente da população mais pobre.

Nesse processo as classes sociais menos privilegiadas foram obrigadas a ocupar áreas menos valorizadas, as quais não dispunham de nenhum tipo de infra-estrutura e de serviços públicos indispensáveis à vida urbana. Assim, áreas que do ponto de vista físico e legal não poderiam ser ocupadas – margens de rio, igarapés, áreas alagadas ou inundáveis periodicamente – abrigam atualmente inúmeros bairros da cidade. Essa situação vem apresentando inúmeros problemas ao Poder Público Municipal e, principalmente, às populações residentes nessas áreas, que comumente são afetadas com alagação, inundação ou com os processos de movimentos de massa (LIMA, 1998, p. 49-50).

Em um estudo sobre as famílias afetadas por desastres ocasionados pela chuva em Rio Branco nos anos de 2006 a 2010, Oliveira (2011) utilizou informações contidas na Base de Informações do Cadastro Único e entrevistas para conhecer o perfil socioeconômico dessas famílias. A autora concluiu que a ocupação de área de risco é apenas um fator dentre outras condições de desigualdade social.

A pesquisa revela que os afetados são desprovidos de renda, possuem baixa escolaridade e isso tem reflexo direto no acesso destes à moradia e a forma de moradia. Neste sentido, a vulnerabilidade em relação aos fenômenos ditos “naturais”

se dá de forma diferenciada, dentro de uma perspectiva de classe. Na Cidade de Rio Branco isso é visível na paisagem urbana, onde as famílias de baixa renda foram ocupando áreas mais baratas, sem infra-estrutura e acesso a equipamentos públicos precários, construindo suas humildes residências em terrenos alagadiços e suscetíveis a deslizamento, em sua maioria localizada às margens do Rio. É esta a população que correntemente tem sido afetada tanto pela cheia do Rio Acre quanto pelo movimento de massa nos bairros com declive acentuado. A pobreza é multifuncional, famílias disfuncionais, reflexo do Estado disfuncional (OLIVEIRA, 2011, p. 204).

Em publicação recente, Alves (2017) constatou a coincidência de áreas de vulnerabilidade ambiental e a ocupação por grupos sociais mais vulneráveis socialmente. Para isso, em estudo sobre a Bacia Hidrográfica do Igarapé Fundo em Rio Branco, mapeou as áreas com informações georreferenciadas comparando com as informações de indicadores sociais relativos à renda, escolaridade, estrutura etária e esgotamento sanitário provenientes do Censo do IBGE. Ao final, concluiu que:

[a] identificação e caracterização dos lugares e populações vulneráveis na bacia do Igarapé Fundo comprovou nossa hipótese de que áreas de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) também são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social (vulnerabilidade social). A sobreposição espacial destes dois aspectos configura os lugares de vulnerabilidade socioambiental. Os dados mostram uma extrema desigualdade social entre os setores de baixa e alta vulnerabilidade, expressa principalmente nos indicadores de renda e educação. Considerando a acessibilidade ao ambiente, verificou-se que certos grupos sociais, principalmente aqueles que moram em assentamentos precários, são mais vulneráveis aos riscos ambientais, como degradação e inundação e todas suas consequências. Por conseguinte, os riscos ambientais atingem espacialmente de maneira desigual os diferentes grupos sociais, assim como a distribuição espacial da renda e o acesso a serviços públicos (ALVES, 2017, p. 211).

Pelas informações apresentadas até aqui, é possível perceber que os episódios de alagação estão estreitamente ligados ao modo de ocupação do espaço urbano e à organização da sociedade. Essas ocorrências não são um fato isolado de Rio Branco, senão de todo o País, pois os estudos⁴ sobre os assim chamados *desastres naturais* e eventos climáticos extremos

⁴ Por exemplo: em análise da Região Metropolitana de São Paulo, Alves Filho e Ribeiro (2006) abordaram a percepção do risco, as políticas públicas e os investimentos realizadas ao longo do tempo para resolver os problemas de inundação e alagamento e constataram que o agravamento do problema foi ocasionado pelo aumento de pessoas potencialmente vítimas do problema, notadamente, a população de favelas localizadas à margem dos córregos; Freitas, Carvalho, Ximenes, Arraes e Gomes (2012, p. 1584) partiram dos exemplos dos desastres ocorridos no Haiti e na Região Serrana do RJ, no Brasil, para evidenciar que “os riscos de desastres se constituem socialmente através de processos que se estruturam na dinâmica do desenvolvimento econômico e social, bem como da proteção social e ambiental”; Freire, Bonfim e Natenzon (2014) constataram que as populações afetadas por desastres, especificamente no Estado de Alagoas, em 2010, tem a vulnerabilidade a eventos hidrometeorológicos elevada pela pobreza estrutural; Avila (2015) investigou as variáveis determinantes para os graus de vulnerabilidade da população ameaçada por desastres em Santa Maria – RS e encontrou respostas na baixa renda, crianças e idosos, analfabetismo e ausência de serviços urbanos; e Sampaio, Justina, Bezerra e Araújo (2012, p. 512) realizaram levantamento socioeconômico com a população que mora às margens do Igarapé Grande em Porto Velho com o objetivo de compreender as razões de ocupação e

estão associados ao tema do crescimento desordenado das cidades, que tem como maior expressão o déficit habitacional e a dificuldade de acesso à terra urbanizada. Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que previa ações em quatro eixos: obras de prevenção; resposta; mapeamento de áreas de risco; e monitoramento e alertas. Mas até o momento, não cumpriu nem a metade das ações previstas (NATUREZA, 2018).

Uma vez que se amplia a escala da análise para o território nacional, é necessário trazer à tona a atuação do Governo Federal desde a Constituição Federal de 1988. Os avanços na legislação urbanística nacional (Estatuto das Cidades, Políticas Nacionais de Saneamento, Mobilidade, Resíduos Sólidos), a institucionalização de Políticas Setoriais operacionalizadas no Ministério das Cidades⁵, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)⁶, não foram suficientes para resolver o conflito gerado pela mercantilização da terra urbana a custo cada vez maior. Uma vez que a valorização é diretamente proporcional aos investimentos públicos de infraestrutura e regras de uso e ocupação, a destinação de orçamento e os espaços de participação são acompanhados – e influenciados – detidamente pelo capital imobiliário (MARICATO, 2011). Nessa lógica, a compreensão é que a solução do déficit habitacional, que tanto influencia a ocupação de áreas vulneráveis, tem obedecido à lógica do mercado e fracassado no Brasil e no mundo para contemplar as necessidades habitacionais concretas das pessoas (ROLNIK, 2010).

É de fundamental importância a conexão das repercussões dos eventos da natureza à ação humana, pois o momento do desastre revela o “crescente processo de subdesenvolvimento e marginalização social” (ROBAINA, 2008, p. 93). Nesse sentido, é imperioso que as abordagens sobre a alagação em Rio Branco sejam desmistificadoras quanto aos processos sociais constitutivos e, obviamente, tenham a perspectiva de alteração da presente realidade. Essa compreensão é partilhada por Valencio et al. (2009, p. 6), para quem

[s]e os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face

permanência destas áreas de risco, e tiveram como resultado a constatação de que as condições socioeconômicas são “de baixa a muito baixa” sem capacidade de sair da situação de risco.

⁵ Maricato (2006) discorre sobre a criação do Ministério das Cidades em 2003, que, apesar de suas limitações, foi um avanço na política de desenvolvimento urbano.

⁶ Loureiro, Macário e Guerra (2013), em análise da participação democrática na formulação e implementação do PMCMV, concluíram que, apesar dos avanços institucionais da criação do Ministério das Cidades, prevaleceu a lógica empresarial e econômica de curto prazo dada a maior influência dada aos empresários da construção civil do que aos segmentos populares.

inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem. Isto é, os que sobrevivem precariamente na lógica de mercado e vivenciam uma crescente desterritorialização quando testemunham a multiterritorialidade dos estabelecidos podem entender que a ruptura de normalidade do cenário, calcada numa ordem desigual, seja a oportunidade de discutir as bases dessa mesma ordem para a refeitura do lugar.

Tendo em vista que Rio Branco pertence a esse mesmo contexto, é possível afirmar que ali se expressam interesses contraditórios relacionados ao acesso da terra urbana e que as ações realizadas pelo Governo Estadual e Prefeitura sofrem a influência de grupos empresariais, especuladores de terra, como também de movimentos sociais, ambientalistas, entre outros que intervêm nessa dinâmica. O Poder Judiciário e o Ministério Público participam também desses processos de territorialização: o MP como fiscal da lei e proponente de demandas em defesa do interesse público e o Judiciário como ao qual cabe, mesmo formalmente, decidir sobre eventuais disputas.

Nesse contexto, o problema da alagação em Rio Branco pode ser identificado nas ações e modos de vida que potencializam as consequências negativas; o amparo às pessoas atingidas durante as situações críticas; e as ações posteriores que poderiam antecipar novos eventos e melhores respostas ou apenas reafirmar as condições de vulnerabilidade social e ambiental. Intimamente ligado ao problema da alagação está o acesso à moradia, já que a ocupação de áreas alagáveis é diretamente proporcional à falta de acesso ao estoque de terras regulares e seguras.

Por isso, esta dissertação partiu da alagação de 2015, que foi o evento mais gravoso em prejuízos e pessoas atingidas, e investigou o processo histórico de urbanização da cidade até aquele momento, como os fatos sociais posteriores em que ficou evidente as disputas de poder sobre o principal empreendimento de habitação popular, a Cidade do Povo, e o marco regulatório urbanístico da cidade, o Plano Diretor.

A presente abordagem foi condicionada pelo exercício da autora na advocacia pública nos temas de urbanismo e meio ambiente. O contato cotidiano com questões relativas ao planejamento urbano, preservação do meio ambiente, direito de propriedade, bem como a intervenção estatal, influenciaram na escolha do tema e da perspectiva abordada. Este estudo sobre as alagações em Rio Branco no campo dos Estudos Organizacionais foi direcionado ao *porquê* e ao *como* dos processos. O *porquê* se refere aos atores e suas motivações, o *como* às relações causais. O uso da Teoria da Produção Social (TPS), desenvolvida por Carlos Matus, permite compreender, a partir da análise de atores e dos recursos de poder que mobilizam, os

fatos produzidos nas interações sociais e as acumulações, ou seja, as tendências da produção social relacionadas a esse problema.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi identificar e analisar a produção social realizada pelos atores sociais interessados no enfrentamento da alagação de 2015 em Rio Branco. Tendo a Teoria da Produção Social como referencial, a presente dissertação teve como foco de análise identificar as situações de cooperação e conflito entre os atores que participam do jogo social das ações de enfrentamento da alagação, com ênfase aos fatos sociais produzidos em 2015. Para que o objetivo principal seja atingido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- identificar e analisar as regras incidentes na produção social das ações de enfrentamento da alagação em Rio Branco;
- identificar e selecionar os fatos sociais relevantes da produção social do enfrentamento da alagação no ano de 2015 em Rio Branco;
- identificar os atores sociais principais que produziram fatos sociais no enfrentamento da alagação no ano de 2015 em Rio Branco;
- identificar e analisar as motivações dos atores sociais;
- identificar e analisar os recursos de poder utilizados pelos atores sociais; e
- analisar o processo de produção social em seu conjunto.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo faz a explanação da Teoria da Produção Social e seus principais conceitos; o segundo, informa os procedimentos metodológicos adotados; o terceiro capítulo fala sobre a produção social ao redor da alagação em Rio Branco com um contexto histórico da evolução urbana da cidade, os fatos sociais de 2015 e os posteriores, com termo na edição da revisão do Plano Diretor, em dezembro de 2016; o quarto capítulo faz a análise da pesquisa à luz do referencial e, finalmente, as conclusões do trabalho identifica a produção social realizada e tendências relacionadas ao problema de pesquisa.

1 TEORIA DA PRODUÇÃO SOCIAL

Para contribuir na compreensão dos processos sociais que emergem do ambiente de desastre, foi utilizada a abordagem proposta por Carlos Matus em sua Teoria da Produção Social (TPS), uma vez que oferece suporte analítico para evidenciar os processos de construção da realidade a partir da identificação dos atores sociais, suas atuações, recursos em disputa, fatos e acumulações que realizam e as regras a que estão submetidos. A TPS é o fundamento teórico para o método de planejamento⁷ criado por esse autor e tem como objetivo compreender a complexidade da realidade.

Nesse sentido, Misoczky (2002) utilizou esse referencial para compreender o campo da atenção à saúde por meio da produção social de seus conceitos centrais: direito e descentralização. Em trabalho mais recente, Pinto, Misoczky e Flores (2017) analisaram a produção realizada pelos atores sociais interessados na disputa pela organização do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre no período de 2012 a 2014, evidenciando a participação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público como ator social criativo que influenciou a alteração das regras básicas do jogo. Outra produção científica que utilizou a TPS foi a de Melz (2017), que analisou a interação dos atores sociais envolvidos na fumicultura no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, região com a maior produção de tabaco do País no período que compreendeu as negociações finais do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado internacional proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até sua ratificação pelo Brasil.

O ponto de partida do pensamento matusiano é a compreensão de que, à exceção da natureza virgem, tudo o que existe é criação humana. Essa concepção desnatura alguns aspectos, como a pobreza, a exclusão social, preconceitos, desigualdade, dominação, os quais tendem a ocultarem-se por explicações determinísticas e despersonalizadas. Diferente das ciências naturais, as ciências sociais não comportam generalizações, a produção social é realizada por atores identificáveis com ações referentes entre si. O autor enumera alguns exemplos, sem a intenção de exaurir os componentes da realidade.

Os valores, as ideologias, as crenças, as instituições, as organizações, os sistemas, a linguagem, os artefatos da vida quotidiana, os partidos políticos, o poder de uns e a

⁷ Em entrevista a Franco Huertas, Matus conceitua o seu método Planejamento Estratégico Situacional – PES como “um planejamento da ação humana que integra todas as dimensões da realidade, especialmente o mundo da política com o da técnica.” (HUERTAS, 1996, p. 29)

fraqueza de outros, os bens e serviços oferecidos no mercado, as motivações, os problemas e os sonhos acerca do futuro, todos são componentes da *realidade* resultante de um processo de *produção social* muito complexo, e que exige uma *teoria geral* (MATUS, 2005, p. 271, grifos do autor).

Nesse sentido, para Matus (2005, p. 275, grifo do autor) tudo que existe, à exceção da natureza virgem, foi produzido a partir da vida em sociedade.

O processo de produção social é uma rede de práticas humanas históricas, por meio das quais os seres humanos, a partir de seu estado biológico, transformam-se em pessoas e atores, e a natureza em seu estado bruto transforma-se em capital social. Nesse processo as pessoas e atores são ao mesmo tempo *produto* e *produtores*.

Portanto, tudo o que se pode desfrutar ou sofrer no convívio social é a acumulação dessas práticas e que tem sua dinâmica comparável à de um jogo. Matus (2005, p. 35) utiliza essa metáfora de jogo social porque “aponta para as relações de cooperação ou conflito entre os homens” e para definir “precisamente o *tipo de poder* que se está disputando e as regras para sua disputa, sejam elas formais, ou de fato” (MATUS, 2005, p. 319, grifo do autor). Não leva-se em consideração apenas as situações atuais, mas também as acumulações ao longo do tempo, pois “trata-se de um jogo com história, com continuidade, de maneira que as vantagens alcançadas por alguns jogadores se transferem para as regras que regem a continuação do jogo social” (HUERTAS, 1996, p. 43).

A TPS interpreta a realidade como uma produção e reprodução construída por atores sociais em três planos inter-relacionados: dos fluxos, das acumulações e das regras. Os fluxos são os fatos sociais produzidos pelos atores; as acumulações referem-se às capacidades de poder destes, e as regras são as estruturas que determinam o espaço de variedade possível dos processos de acumulação e desacumulação social (MATUS, 1993).

Dessa maneira, a realidade é construída pela ação humana sob a natureza: objetos e acontecimentos produzidos pelo homem e convenções sociais que são úteis por cumprirem função atribuída no jogo social. Esse processo de produção social de pessoas, coisas e ideias de forma contínua estabelece fluxos de produção que podem converterem-se, com natureza distinta e própria, em acumulações. Na Teoria da Produção Social, essas acumulações são chamadas de *fenoestruturas sociais*, que são capazes de gerar novos fluxos de produção. Estão compreendidas nessa categoria: instituições, organizações, sistemas, equipamentos e valores.

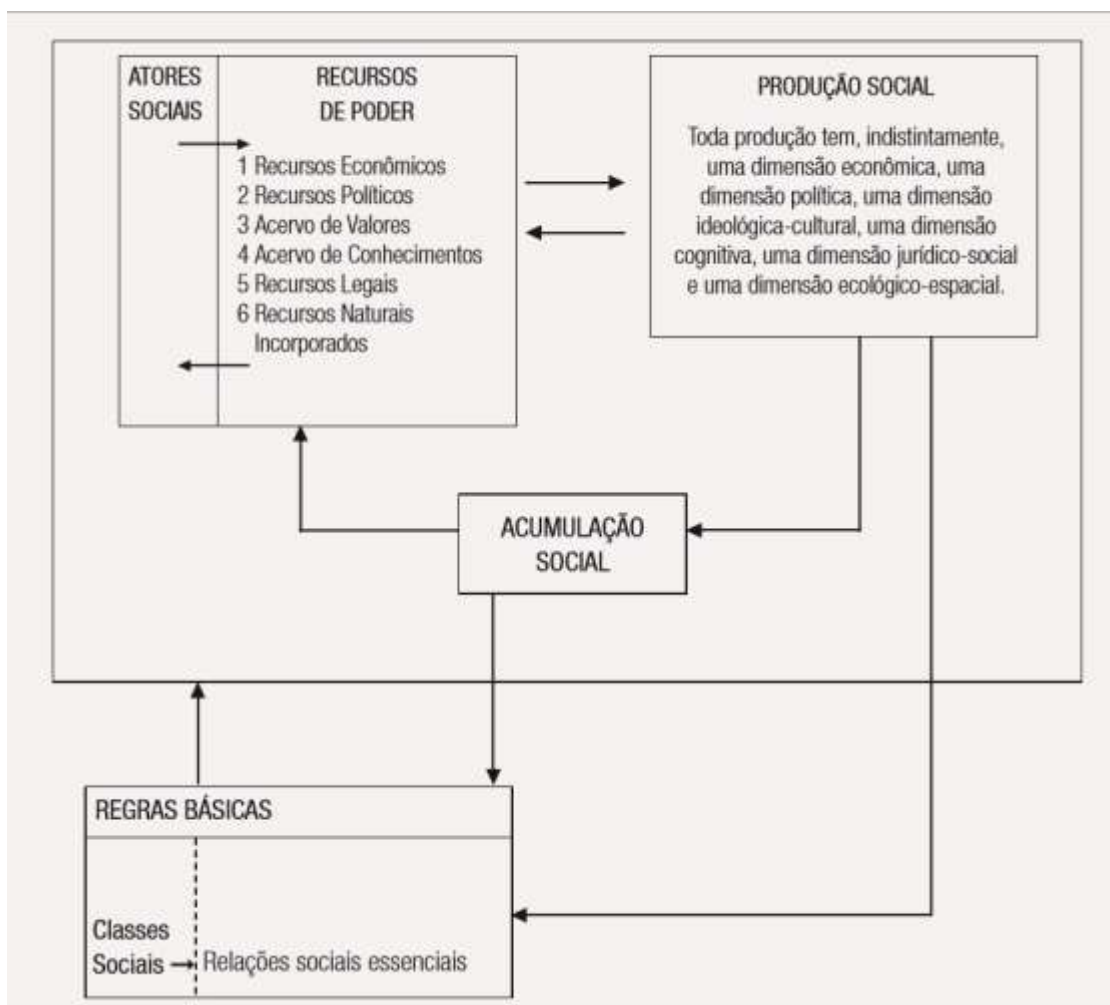
Assim, em observação a essa interação, Matus (2005) encontra na metáfora do jogo uma elucidativa compreensão das relações de conflito e cooperação que caracterizam o

processo de produção social. Diferentemente de um jogo esportivo, os jogadores possuem objetivos distintos. Além disso, importante entender que não há uma hierarquia nesse jogo social, mas sim uma desigualdade de capacidades. O jogo social é “complexo, nebuloso e de final aberto” a muitas possibilidades (MATUS, 2005, p. 319); trata-se de um jogo criativo. Cabe compreender que “o jogo social implica obrigatoriamente conceitos de coletividade, de agregação de seres humanos em cooperação, concorrência, conflito, empatia ou antipatia” (MATUS, 2005, p. 279).

Estas produções só se realizam a partir dos recursos que são “escassos e de natureza bastante variada” (MATUS, 2005, p. 283) que podem ser políticos, econômicos, legais, naturais incorporados, acervo de valores ou conhecimentos que irão ser diferentes para cada ator, a depender de sua situação no jogo. A partir desses recursos e capacidades, poderá realizar suas ações – jogadas dentro de um espaço delimitado pelas regras do jogo. “Os movimentos ou jogadas são o meio empregado pelos jogadores para alterar suas capacidades ou acumulações, da mesma forma como os atores sociais modificam a situação pela via da ação humana” (MATUS, 2005, p. 284).

A ilustração (Figura 1) a seguir representa a produção social como um circuito em que todas as jogadas dos atores sociais implicam a utilização de diferentes recursos que reverterão positiva ou negativamente sobre as acumulações existentes, sempre dentro do espaço delimitado pelas regras vigentes (genoestrutura).

Figura 1 - O processo de Produção Social



Fonte: adaptado de Matus (1993, p. 110) por Misoczky (2002, p. 59).

Sobre essa dinâmica, é importante afirmar que “o ator desse processo de produção social é o homem, exprimindo-se através de organizações e personalidades que, guiadas por motivações próprias de sua situação no jogo, lutam para alcançar seus objetivos conflituosos ou cooperativos” (MATUS, 2005, p. 283).

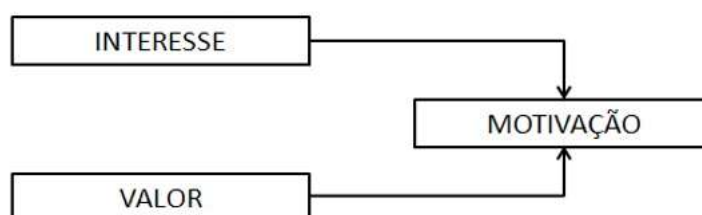
Um conceito central para esta teoria é o de ator social, que é identificado como “participante de um jogo e um sujeito ativo que tem marca de identidade”, podendo ser a “cúpula ou a direção de uma organização e, excepcionalmente, uma personalidade” (MATUS, 1996, p. 204), uma vez que preencha as seguintes características:

- (a) agir de modo criativo;
- (b) ter um projeto que orienta sua ação, “mesmo que seja incoerente, errático ou parcial”;
- (c) controlar uma parte relevante dos recursos críticos do jogo no qual está interessado e, portanto, “ter força e capacidade para acumular ou desacumular força e, portanto, de produzir fatos sociais”;

- (d) participar do jogo, “não ser mero analista ou simples observador”;
- (e) ter uma organização estável “que lhe permita atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente” ou, no caso de ser uma personalidade, ter “presença estável” atraindo, com suas ideias, uma coletividade social”;
- (f) ser “um produtor de atos de fala e de jogadas”.

Esse conceito se distingue de outros das ciências sociais em que as categorias de grupos humanos são homogeneizantes, como a de agente na teoria econômica ou de classe social na teoria política. Essa identificação permite a análise dos atores, dada uma sociedade concreta, historicamente situada e a compreensão de estruturas ideológicas que orientam as ações desses atores. Nesse sentido, o conceito de motivação (Figura 2) está circunscrito a uma posição específica em que possa ser identificada a convergência de interesse e valor de determinado ator social.

Figura 2 - Motivação



Fonte: adaptado de Matus(1996, p. 104).

O ator social age de acordo com sua motivação e no limite das suas capacidades. No jogo social, “cada jogador está situado em relação aos demais jogadores” (MATUS, 2005, p. 373), e essa posição revela um interesse por cada jogada, que poderá ser classificada como de apoio (+), rejeição (-) ou indiferença (0). Entretanto, estas posições podem ser transparentes ou mascaradas, pois “ocultar ou manifestar sinceramente as posições são recursos do jogo social” (MATUS, 2005, p. 375). Além disso, o valor se refere à importância que o ator confere tendo em vista os objetivos que persegue: muito alto (MA); alto (A); médio (M); baixo (B); e muito baixo (MB). Assim, a partir da análise das posições de cada ator, é possível interpretar sua motivação (MATUS, 2005) e identificar possíveis ambientes de cooperação ou conflito.

A possibilidade de produção social de cada ator é definida por seu vetor de capacidades (VCA), que se refere aos recursos críticos que controla, os quais podem ser de diversas naturezas: política, econômica, conhecimento, prestígio, entre outras. O jogador só utilizará esses recursos para uma jogada conforme o vetor de motivações (VMA) e a partir do

quanto será necessário, que é o vetor de recursos (VRJ). A partir desses conceitos, tem-se os seguintes princípios:

- a) os jogadores *tentam* jogar de acordo com o seu vetor de motivações;
- b) os jogadores só *podem* realizar aquelas jogadas para as quais seu VCA for coerente com o VRJ da jogada;
- c) cada jogada tem um VRJ particular e distinguível;
- d) no ato de jogar, ou abster-se da jogada, os atores ganham ou perdem em termos de seu VCA, conforme a eficácia, viabilidade e aceitabilidade de suas decisões (MATUS, 2005, p. 286, grifo do autor).

Além disso, é importante analisar a posição de cada jogador que terá o campo de ação determinado por quatro tipos de vetores: personalidade, valores, capacidades e motivações. (MATUS, 2005). A seguir, em síntese, apresenta-se o grau de variabilidade de cada um desses vetores. O vetor de personalidade refere-se ao caráter do ator cuja modificação, em geral, não varia durante o jogo. O vetor de valores, que podem evoluir ou regredir durante o jogo, refere-se à “importância dada aos objetivos que persegue no jogo”, que poderá ser muito alto (MA), alto (A), médio (M), baixo (B) e muito baixo (MB). As capacidades adquiridas (ou perdidas) durante o jogo, referem-se à habilidades e recursos críticos por ele controlados, sendo, pois, as acumulações pessoais do ator ao longo da produção. E, finalmente, sua motivação é o último vetor, que é definido como “a convergência do interesse e do valor que um ator confere a uma operação” (MATUS, 1996, p. 104), tal como representado na Figura 3. O interesse indica a posição do ator diante de uma jogada que poderá ser assim representado:

- a) apoio (+): o ator identifica benefício pela realização da jogada, portanto coopera e apoia positivamente;
- b) rejeição (-): o ator “assume que existe um custo atribuível à realização da operação, e gera um conflito com aqueles que a apoiam”, empregará sua força para impedir a jogada;
- c) indiferença (0): o ator não toma posição (MATUS, 2005, p. 374).

É possível antecipar que há diferentes graus de apoio ou rejeição, assim como posições transparentes ou mascaradas, pois muitas vezes essa informação pode ser utilizada como um recurso do jogo.

Além disso, é importante esclarecer os conceitos de força, poder e pressão que serão necessários para o entendimento da utilização do vetor de recursos críticos de cada ator social. Assim, a força é a acumulação concreta de recursos já realizada em um jogo em andamento; o poder é a “potencialidade para acumular força” que advém das regras do jogo; e a pressão “é a força aplicada por um ator em relação a uma jogada” (MATUS, 1996, p. 128).

Os tipos de recurso de poder identificados por Matus (1997, p. 110), são:

- Recursos Econômicos;
- Recursos Políticos;
- Acervo de Valores;
- Acervo de Conhecimentos;
- Recursos Legais;
- Recursos Naturais incorporados.

A força na TPS é multidimensional: código de personalidade, motivação, vetor de peso, vetor de perícia e vetor de suporte cognitivo. A motivação foi mencionada acima ; a personalidade está ligada a características pessoais do ator, como carisma, inteligência, criatividade, etc.; o vetor de peso, é o controle do ator dos recursos em jogo; vetor de perícia é a habilidade do ator de usar os recursos que controla, e o vetor de suporte cognitivo “qualifica a tecnologia que o ator domina através de seus controles. (MATUS, 1996, p. 121).

Figura 3 - Cinco elementos do poder de um ator



Fonte: adaptado de Matus (1993, p. 114).

Estas jogadas dentro do processo de produção social são os fatos individuais e fatos sociais. O que os distingue é a *intencionalidade coletiva*⁸, conforme a leitura de Matus do conceito de Searle. Os fatos sociais sempre têm como ponto de referência o outro. E, além

disso, quando há uma sistematização da intencionalidade coletiva surgem as organizações. Essa definição é importante, pois os fatos sociais mostram quem são os atores sociais.

Por sua vez, os resultados e consequências dessas ações produzem acumulações que se convertem em capital social aos atores. Ao realizar suas jogadas, o ator pode criar “produtos intelectuais, tais como a linguagem, as ciências, os conceitos, as ideias, as instituições” ou “transformar a natureza virgem em capital social” (MATUS, 2005, p. 276). Esses fluxos geram novas possibilidades no jogo social e produzem acumulações que podem ser: a) pessoal, “fluxos da prática social constroem o mundo interior do homem, com suas capacidades intelectuais, emocionais e axiológicas, tendo como ponto de partida o homem biológico”; b) convencional, que são os “conceitos, as teorias, ideologias e instituições” e, finalmente, c) material, “o mundo das coisas” (MATUS, 2005, p. 276).

Esse jogo social possui regras que são produzidas socialmente. Na TPS são chamadas de *genoestruturas*, definem espaço de atuação dos atores sociais, privilegiando uns em detrimento de outros. Dentro dessa analogia, as jogadas estão limitadas pelas regras, as quais são produzidas socialmente: seja expressamente, na forma de leis, em sentido amplo, ou tacitamente, uma vez que mesmo sem estarem “escritas” fazem valer sua força na restrição da ação social. “As regras de fato, que geralmente são as mais importantes, são *regras de desigualdade*, que beneficiam uns e prejudicam outros. Naturalmente, os que são beneficiados pelas regras vigentes defendem-nas até a morte” (HUERTAS, 1996, p. 43, grifo do autor). Elas podem ser: a) macroconstitutivas: “definem as normas que asseguram um mínimo de liberdade individual e um mínimo de igualdade”; b) constitutivas: possuem regulação ideológica e “criam instituições e organizações”; c) reguladoras: “pautam as atividades das duas anteriores” (MATUS, 2005, p. 281).

Essas regras definirão as balizas para os espaços de liberdade e igualdade que estarão em pêndulos opostos: quanto mais liberdade, menos igualdade e vice-versa. “A regra política determinante do jogo social refere-se à opção entre a proporção de liberdade individual que a maioria democrática considera poder ser combinada com certa proporção de igualdade” (MATUS, 2005, p. 281). Os governos exercem um papel preponderante para o estabelecimento dessas regras:

O governo é exercido por meio de alguns jogadores líderes, e se materializa em jogadas. Essas jogadas podem ser **reguladoras**, **acumuladoras** ou **acionadoras** do

⁸ Matus conceitua a intencionalidade coletiva como “uma conexão de sentido que supera a motivação individual. Isso significa não apenas que os atores entram em cooperação, mas também que compartilham conscientemente crenças, desejos e intenções” (MATUS, 2005, p. 280).

jogo. [...] As jogadas **reguladoras** são as que configuram o jogo. Criam ou modificam as regras, ou alteram as capacidades de produção de jogadas e o modo de jogar. [...] Trata-se de jogadas excepcionais e intermitentes, mas de efeito contínuo sobre o desenvolvimento do jogo. São produzidas por atores (a) que controlam acumulações (b) suficientes e capazes de produzir fluxos (c) que alteram as regras (MATUS, 2005, p. 447, grifo do autor).

Uma vez que essas regras definem as jogadas possíveis, a sua produção irá beneficiar alguns atores sociais em prejuízo de outros, pois distribui desigualmente o poder.

A macrorregulação é a função básica do governante. Regular implica o jogador entregar às regras de jogo o papel de defender seus interesses, por meio do efeito que tais regras produzem na definição do *espaço de variedade* dos resultados possíveis do jogo. A defesa mais poderosa consiste em jogar com regras favoráveis. Para isso, é preciso controlar as acumulações-chave do jogo, tanto para manter as regras, como para vetar as jogadas indesejáveis. (MATUS, 2005, P. 466, grifo do autor).

Assim, nessa analogia ao genótipo biológico, a genoestrutura é invisível aos olhos e só será desvendada mediante investigação racional de uma ordem social específica. Entretanto, para além da metáfora, as regras podem ser modificadas em processos de transformações sociais de acordo com as relações de forças prevaletentes em cada situação.

Considerando o que foi exposto, a análise que se pretende fazer das ações sociais de enfrentamento da alagação do ano de 2015 em Rio Branco e a produção social correspondente, serão identificadas as seguintes categorias: (a) ator social: “jogador criativo, não submetido a condutas rotineiras e estáveis”, com capacidades e motivações, com objetivos no jogo; (b) fatos sociais, jogadas ou fluxos: ações realizadas pelos atores, expressão da dinâmica do jogo; (c) acumulações: “indicam os recursos que caracterizam os atores sociais e as capacidades de produção criadas na história do jogo” que são por eles utilizadas; (d) regras do jogo: “determinam o espaço de variedades possível” das acumulações e dos fatos sociais (MATUS, 2005, p. 292).

Essa abordagem processual pretende revelar o resultado das relações políticas e estratégicas nas ações de enfrentamento da alagação de 2015 em Rio Branco, conforme proposto neste trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação tem como objetivo identificar e analisar a produção social das ações de enfrentamento à inundação no município de Rio Branco no ano de 2015. Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico de estudos realizados sobre alagações em Rio Branco ou no Acre, para uma melhor compreensão do tema e identificação de possíveis abordagens. Foi utilizada a ferramenta de busca scielo.br, Portal da Capes e Google Scholar com diversas combinações das seguintes palavras-chave: Rio Branco, alagação, Acre, inundações, desastres naturais, produção social do espaço, território, chuvas, eventos extremos, mudanças climáticas, planejamento urbano, gestão de desastres.

A partir desses contatos iniciais com a produção científica, decidiu-se pela adoção do referencial teórico de Carlos Matus para que este trabalho expusesse o jogo político com a identificação dos conceitos: produção social, atores sociais, regras sociais, interesse, valor, motivação, recursos de poder, relações de conflito e cooperação. Foram utilizadas as seguintes obras do autor: Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas (1996), Política, planejamento & governo (1997) e Teoria do Jogo Social (2005). Ademais, também foram consultados outros trabalhos que usaram o mesmo referencial, conforme explanado no item anterior.

Em sequência, partindo para a pesquisa em sentido estrito, foi realizada a coleta de dados para conhecer os fatos sociais ocorridos na alagação de 2015 em Rio Branco, por ter sido o episódio em que o Rio Acre alcançou a maior cota de transbordamento. Nesse sentido, foram pesquisadas as notícias veiculadas durante o período crítico de transbordamento do Rio Acre, nos meses de fevereiro a abril de 2015, formando um *clipping* de mais de 270 notícias. Nelas estavam os fatos que foram relevantes para elucidar quem seriam os atores sociais desta produção e a dinâmica que eles adotaram para suas ações, se de cooperação ou antagonismo.

Em complementação a estas informações, também foi reputado como necessário o levantamento de um contexto histórico da urbanização de Rio Branco, das maiores alagações registradas pela Defesa Civil do município, bem como os fatos sociais posteriores à alagação, especificamente durante o ano de 2015 e 2016, que ocorreram sobre o retorno dos alagados às suas casas, sobre as pessoas que receberam casas na Cidade do Povo, ações do Governo Estadual e Municipal de ações de reconstrução pós alagação, e, como termo final da pesquisa, a edição da Revisão do Plano Diretor com o novo zoneamento urbano da cidade, em dezembro de 2016.

Para tanto, foram coletadas reportagens de jornais locais impressos com conteúdo disponível eletronicamente: *agazeta.net*, *oriobranco.net*, *jornalopiniao.net*, *pagina20.net*, *jornalatribuna.com.br* e *atribuna.net*, além dos portais de notícias locais: *ac24horas.com*, *contilnetnoticias.com.br* e *g1.com.br/acre*. Outras fontes importantes na pesquisa foram os portais de internet da Prefeitura Municipal de Rio Branco e do Governo do Estado do Acre, dado o protagonismo desses entes estatais nas ações de socorro aos desabrigados. Em destaque, o “Boletim da Alagação”, criado pela Assessoria de Comunicação do Governo do estado do Acre, que publicou diariamente informações quanto ao nível do Rio Acre, número de pessoas atingidas pela enchente e orientações quanto à utilização de transporte público, fechamento de vias e demais ocorrências na infraestrutura da cidade.

Especialmente quanto à pesquisa em redes sociais, foram coletadas informações nas redes Twitter e Facebook com ferramentas de busca por perfil, data de publicação e as palavras-chave: *alagação*, *alagados*, *doações*, *empresários*, *ajuda*, *arrecadação*, *Rio Acre*, *cota*, 2015. Nesse procedimento, foram analisados os seguintes perfis: Marcus Alexandre 13; Tião Viana; Prefeitura Municipal de Rio Branco; Agência de Notícias do Acre; Tribunal de Justiça do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre; Fecomércio/AC; Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre (Acisa); Associação de Moradores 6 de Agosto; União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco (Umamrb); e Rio Branco Amiga.

Além disso, foram coletados documentos oficiais produzidos pela Administração Pública Municipal sobre a execução de ações referentes à alagação, como o *Plano de Contingência Operacional de Enchente* do ano de 2016, que trouxeram informações coletadas no ano de 2015; o *Relatório Final* de Execução das Ações de Resposta referente ao Termo de Cooperação celebrado pelo município de Rio Branco e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; *Mapas* produzidos no Sistema de Georreferenciamento do Cadastro Municipal Imobiliário de Rio Branco; *atas* das sessões da Câmara Municipal de Rio Branco; *atas* das sessões da Assembleia Legislativa; publicações do Diário Oficial do Estado, como decretos, contratos de fornecimento e prestações de serviço e ratificações de dispensas de licitação.

Reconhecendo que este trabalho não foi feito de forma linear, após a coleta de todos os dados acima mencionados e em fase avançada da escrita, a pesquisa foi retomada para entrevistas informais com pessoas diretamente envolvidas nos fatos sociais analisados para melhor compreensão da motivação dos atores sociais. Foram ouvidos: a Coordenadora do maior abrigo para os alagados, o Parque de Exposições; o Coordenador da Defesa Civil Municipal; o Diretor de Regularização Fundiária do Município de Rio Branco; técnicos do

Município que trabalharam na elaboração dos Planos Diretores de 2006 e 2016; Procuradores do Município que atuaram em ações judiciais relativas ao projeto habitacional Cidade do Povo; ex-Presidente da Associação de Moradores do Bairro Baixada da Habitasa, que era titular à época da alagação de 2015; moradores de bairros alagados que assim permanecem até a época da entrevista e moradores que receberam casas no conjunto habitacional Cidade do Povo.

Uma vez coletado todo o material pertinente, foram identificados os principais eventos de disputas de interesses em torno da alagação de 2015, tanto no que tange a ações preventivas, como à retirada de moradores da área de risco, bem como às ações de socorro aos alagados e providências pós alagação para reconstrução e enfrentamento de eventos futuros. Os acontecimentos observados e catalogados serão interpretados a partir do referencial teórico, a Teoria da Produção Social de Carlos Matus.

3 A ALAGAÇÃO EM RIO BRANCO

De seringal à porto comercial, de vila à capital do estado, Rio Branco sempre conviveu com a sazonalidade amazônica que alterna períodos de intensas chuvas, causando inundações que atingem os moradores mais próximos aos cursos d'água, e períodos de seca, com a necessidade de racionar o abastecimento de água. A relação da população com o rio, a disputa por locais de moradia e a relevância dos problemas ambientais na intencionalidade coletiva, criam um campo de disputas que inclui situações de conflito e de cooperação, com uma decorrente produção social que se expressa na produção do espaço, nos modos de vida e no marco regulatório. A ocupação do território de Rio Branco, feita inicialmente às margens dos rios, sempre ensejou as ações de enfrentamento à alagação que se confundem com a expansão da cidade. A legislação urbanística local evoluiu, mas as políticas públicas foram insuficientes para conter o déficit habitacional e as consequências das inundações tem se tornado cada vez maiores.

Figura 4 - Foto do Bairro Cadeia Velha em março de 2015



Fonte: ASSIS (2015).

Em 2015, ocorreu a maior alagação do Rio Acre, que chegou a atingir 1/3 do território da cidade (Figura 4) e demandou a cooperação entre atores sociais para o auxílio da população atingida. Além disso, o fato colocou em questão a necessidade de ações para enfrentar eventos futuros. Para compreender a produção social desse fenômeno é preciso considerar os atores sociais e os interesses em disputa. Atores como a Administração Municipal e o Governo Estadual, Ministério Público, associações de moradores, grupos empresariais, especuladores com a renda da terra se encontram em um jogo o qual envolve relações que vão do conflito à cooperação, produzem fatos sociais e visam, em última instância, configurar um marco regulatório e uma política urbana que contemple seus propósitos.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Para a compreensão da alagação como desastre de repercussão social, é necessário resgatar as origens da cidade, formalmente criada em 13 de junho de 1913 pelo Decreto Federal nº 9.831 de 23 de outubro de 1912 (LEITE, 2010), e sua evolução urbana histórica, os maiores episódios registrados pela Defesa Civil e políticas públicas executadas ao longo dos anos para resolver o problema. Tendo o DNA das cidades da Amazônia, Rio Branco nasceu à margem direita de um rio que lhe servia como via de acesso e de transporte de mercadorias, em especial, o látex. Naquele período, a estação da cheia do Rio Acre era vista como positiva, pois facilitava a navegação de embarcações de maior porte. Assim, quando o seringal que lhe deu origem tornou-se um centro comercial e passou a povoado, houve a tentativa de transferi-lo para a margem esquerda, com terras mais altas, a fim de fugir das alagações (Figura 5). Entretanto, uma vez que já haviam relações históricas e culturais fortes o suficiente, a “transferência” deu lugar a unificação das margens em uma só cidade, Rio Branco.

Figura 5 – Alagação em Rio Branco no ano de 1922



Fonte: Klein (2013, p. 312).

O crescimento da cidade foi impulsionado por mais um ciclo da borracha no período da Segunda Guerra Mundial, quando muitos nordestinos atenderam ao apelo do Governo Federal para a “Batalha da Borracha”. Entretanto, com o declínio da atividade extrativista, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo êxodo rural: o crescimento populacional ocorreu exponencialmente nas áreas urbanas e teve como consequência a ocupação de áreas periféricas da cidade. Os seringueiros, expulsos pela expansão da fronteira agropecuária, tiveram as margens dos rios como alternativa possível para habitação. As áreas mais firmes e seguras já estavam restritas pela especulação imobiliária (LEITE, 2010).

O Plano de Valorização da Amazônia, promovido pelo governo brasileiro, incentivou a criação de novas colônias agrícolas com o objetivo de ocupar definitivamente o território acreano. Para tanto, promoveram a instalação de infraestrutura mínima, como escolas, núcleos de mecanizados para beneficiamento da produção, posto de saúde, igrejas etc. e, com o tempo, as colônias Cecília Parente, Aviário, Estação Experimental, São Francisco, Fazenda Sobral, Apolônio Sales, Dias Martins, Juarez Távora, Alberto Torres, Mâncio Lima e Souza Ramos foram incluídas no perímetro urbano da cidade e deram origens aos atuais bairros.

Naquele período, a formação de vários bairros da cidade surgiu a partir de ocupações de vazios urbanos, ora às margens dos rios, ora em propriedades particulares ou do Governo do Estado, entre os quais os bairros Bahia, Triângulo Novo, Palheiral, Cidade Nova, Santa Terezinha, Taquari, Vitória, Eldorado, Chico Mendes e Mocinha Magalhães. Muitas vezes, de forma resistida e conflituosa. Várias lideranças comunitárias foram formadas naquele período.

A dissertação de Moraes (2000) descreve alguns desses processos, a partir de excertos de reportagens de jornais da época, dos quais transcreve-se o exemplo do bairro João Eduardo:

02 – João Eduardo

O Processo de Ocupação

O terreno situado entre o bairro Bahia, Aeroporto Velho e Palheiral sempre esteve abandonado... centenas de famílias começaram a tirar seus lotes e construir suas casas. Conscientes dos problemas advindos da ocupação desordenada, como aconteceu no Triângulo Novo, os moradores resolveram formar uma Comissão para demarcar e distribuir os lotes (VARADOURO, 1981)

Os Conflitos e a Violência

Os donos da área reclamaram, mas a área já estava ocupada por mais 1.000 famílias (VARADOURO, 1981).

Aqui o conflito ganha outra dimensão.

Mesmo com o trabalho da Comissão em demarcar os terrenos no alinhamento e fazer uma distribuição justa dos lotes aos realmente necessitados, a Comissão teve problemas com pessoas inescrupulosas entre os – pequenos – que, a exemplo dos – grandes – também queriam explorar o povo através da venda de terrenos. Culminando com a morte do líder João Eduardo em fevereiro de 1981 (VARADOURO, 1981)

A Resistência

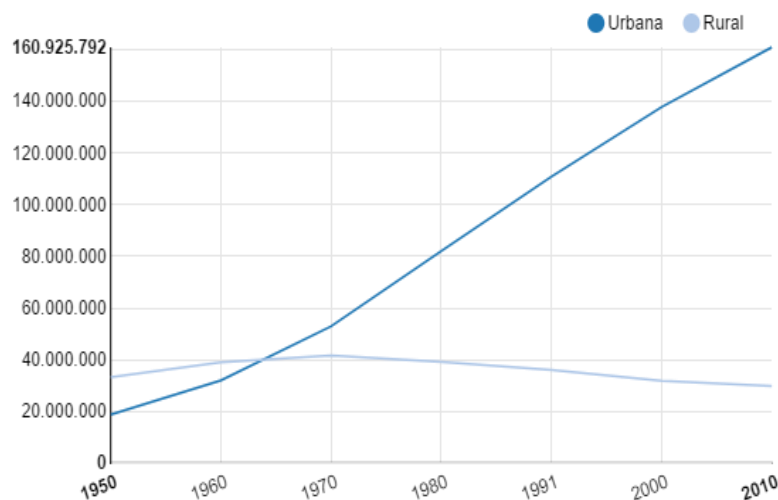
A Comissão entrou em entendimento com o governo para que a área fosse desapropriada e vendida aos ocupantes, em condições favoráveis aos moradores (VARADOURO, 1981) (MORAIS, 2000, p. 102).

Em 1986, foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei Municipal nº 611 (RIO BRANCO, 1986) e o Plano de Organização Físico-Territorial, Lei Municipal nº 612 (RIO BRANCO, 1986b), que impedia o parcelamento do solo em áreas alagadiças, mas que não alcançou o objetivo de conter o crescimento urbano em áreas vulneráveis (MORAIS, 2000). Em 1988, uma alagação extraordinária marcou a gestão do Prefeito Adalberto Aragão, que chegou a decretar Estado de Calamidade Pública (SANTOS, 2006). A Prefeitura não tinha plano de contingência para o socorro aos desabrigados e a Defesa Civil ainda estava na esfera estadual. Naquele momento, ficaram comprometidos os serviços essenciais de transporte e distribuição de água e interrompidas as atividades escolares (SANTOS, 2006). As ações de assistência aos alagados restringiam-se na entrega de cestas de alimentos e distribuição de doações arrecadadas.

Em resposta ao déficit habitacional e em relação direta com o problema dos alagados, foram construídos 21 conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação do Estado do Acre (Cohab), que financiou 6.617 casas populares entre 1971 e 1991. Ainda que dito como popular, o financiamento só era acessível a quem possuía renda entre 3 a 5 salários mínimos. Além disso, ficou negligenciada a regularização da cidade informal, contribuindo para a exclusão destas áreas cada vez menos valorizadas (MORAIS, 2000). Foi também na década de 1980 que a população urbana ultrapassou a rural no Brasil e no Acre, conforme é possível

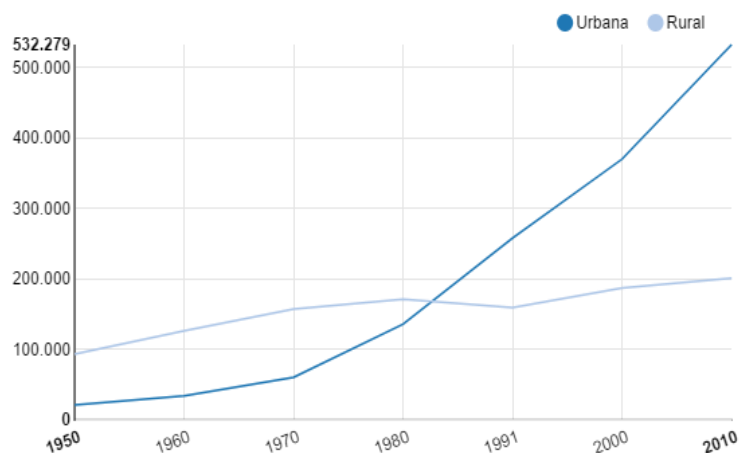
identificar nos Gráficos 1 e 2. Esse crescimento tem repercussão direta no agravamento dos problemas de infraestrutura, mobilidade e déficit habitacional. Conforme dados do IBGE, a população chegou a 196.923 habitantes, o que representava um índice de crescimento de quase 70% em relação à década anterior (IBGE, 2009)⁹.

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural do Brasil de 1950 a 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010. In: IBGE. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática.

Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural do Acre de 1950 a 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010. In: IBGE. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática.

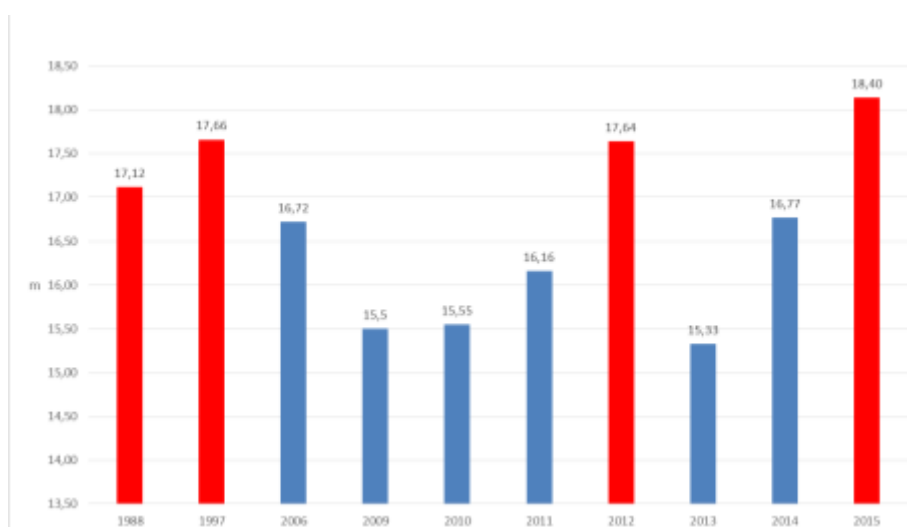
Em 1997, ocorreu uma enchente que durante 18 anos constou como a mais grave porque a cota do rio atingiu a marca 17,66m (Gráfico 3). Mesmo depois das mencionadas casas financiadas pela Cohab, as áreas vulneráveis ficaram ainda mais ocupadas e a subida do nível

⁹Os gráficos foram produzidos pela autora utilizando ferramenta interativa do portal do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/sintese-de-indicadores>. Acesso em: 08 dez. 2018.

do rio atingiu mais pessoas do que uma década antes. Conforme descrição de Santos (2006, p. 61),

[a] magnitude do evento causou o exaurimento dos recursos humanos, materiais e financeiros do município e do Estado, sendo necessário a ação de suporte do Governo Federal. Para tanto, a “Situação de Emergência” foi declarada por meio do Decreto nº 6.118, de 22 de março de 1997 e, em consequência do agravamento da situação, o “Estado de Calamidade Pública” foi declarado no dia 27 de março de 1997. Estimativas da Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB) consideram que a enchente atingiu 17% da população de Rio Branco, estando distribuídas nas áreas urbana e rural.

Gráfico 3 - Série histórica das maiores cotas de alagação em Rio Branco



Fonte: RIO BRANCO (2016).

A partir de 1999, inicia um período de hegemonia da Frente Popular do Acre¹⁰, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu o Governo do Estado do Acre em 2005, a Prefeitura de Rio Branco. Nos anos 2000, Governo e Prefeitura estabeleceram parcerias para a recuperação de prédios públicos, revitalização da paisagem urbana e, aliados a um discurso de resgate da cultura e identidade acreana, deram uma nova modelagem à urbanização da cidade (MORAIS, 2010). Nesse sentido, Moraes (2008) enumera três corredores de significação cultural que recebem investimentos governamentais. O primeiro

¹⁰ Na eleição de 1990, foi formada a Frente Popular do Acre (FPA) e a coligação Renovação Democrática do Acre-RDA. A FPA congregava o PCB, o PC do B, o PDT, o PPS, o PSB, o PT e o PV e a coligação da RDA, que era constituída pelo PL, PTB, PDC, PTR e PRN. A campanha eleitoral da FPA, em 1990, centrou-se em dois eixos: um na discussão dos problemas socioambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista vigente, no qual eram apresentadas “alternativas econômicas para a crise do extrativismo” por meio do “desenvolvimento sustentável”. E o outro eixo no “acrecanismo” e/ou nas questões relacionadas à insatisfação do “povo acreano” diante do modelo administrativo que vigorou no Acre durante a maior parte de sua história, o “Território Federal” e/ou a nomeação de administradores “de fora” para “mandar no Acre” (MORAIS, 2008, p. 164).

composto pelo Sítio Histórico do Primeiro Distrito; o segundo formado pelo casario da Rua Epaminondas Jacome e Novo Mercado Velho; e o terceiro abrange o Calçadão da Gameleira.

Retomando as perspectivas de transformação da paisagem de Rio Branco é verificável a valorização do waterfront do Rio Acre no trecho que perpassa o centro histórico. As ações estatais que ocorreram entre o final da década de 1990 e ao longo da primeira década do século XXI promoveram uma maior identidade entre o principal recurso hídrico da cidade e seus moradores. Tais iniciativas são o embasamento para futuras reestruturações urbanas que terão este manancial como vetor das atenções públicas e privada (BENTO, 2017, p. 211).

Em 2006, na gestão do Prefeito Raimundo Angelim (2005-2008/2009-2012), uma importante alteração na legislação municipal foi a aprovação de um novo Plano Diretor, este sob a égide da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001. Apesar da sofisticação de alguns instrumentos urbanísticos ali previstos, nenhum deles foi regulamentado e posto em prática. Do ponto de vista de prevenção de desastres, o art. 77 impedia o parcelamento do solo para as áreas alagadiças, embora essa regra estivesse prevista no plano anterior, de 1986. Em relação às ações de socorro, na alagação de 2006, a alocação dos abrigos, que eram feitos prioritariamente em escolas públicas, passou para o Parque de Exposições da cidade. Do ponto de vista de acomodação dos desabrigados, isso permitiu uma melhor divisão para as famílias que antes ocupavam boxes separados por lonas, com alguma precária privacidade (OLIVEIRA, 2011).

Em 2010, no início da gestão do Governador Tião Viana (2011 – 2014 / 2015 - 2018), foi lançado um projeto habitacional chamado “Residencial Cidade do Povo”, com a previsão de 10.600 unidades habitacionais para população com renda de zero a dez salários mínimos. O público alvo das unidades de interesse social foi a população que ocupava áreas vulneráveis a inundações ou deslizamentos de terra¹¹. Entretanto, em 2012, o empreendimento foi questionado judicialmente pelo Ministério Público, que ingressou com Ações Civis Públicas contra o Estado do Acre, o município de Rio Branco e o órgão estadual de licenciamento ambiental, Instituto do Meio Ambiente do Estado do Acre (Imac). Entre os questionamentos estava, majoritariamente, a vulnerabilidade ambiental de parte do terreno destinado à Cidade do Povo que apresentava restrições ocupacionais pela localização em áreas de preservação permanente, com cursos d’água e nascentes pertencentes à Bacia do Igarapé Judia em seu perímetro. Além disso, a Cidade do Povo possui trechos de seu território inseridos na área do

¹¹ Até janeiro de 2015 – pouco antes da alagação – haviam sido entregues 1.671 moradias e estava prevista a entrega de mais 1.629 casas para as famílias cadastradas no programa do governo, totalizando 3.300 residências. (NOVOS ..., 2015).

Aquífero Rio Branco, definida pelo PDDU municipal como sendo Zona de Ocupação Controlada (ZOC), devido à vulnerabilidade social e ambiental. Em consequência, o adensamento populacional nessa localização deveria ser rigorosamente analisado e regulamentado. Entretanto, as ações judiciais não impediram o avanço do projeto.

Também sobre a pauta ambiental, no ano de 2012, foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em maio daquele ano, o MPAC instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, estabelecidas, respectivamente, pela Lei Federal nº 9.433/97 e Lei Estadual 1.500/03, e, conseqüentemente, pertencentes ao Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Nos anos seguintes, o tema dos desastres se torna pauta em destaque da cidade. Em 2012, houve uma alagação extraordinária. A Prefeitura mobilizou pessoas e recursos para atendimento e socorro aos alagados: 6 abrigos públicos foram construídos, 550 pessoas participaram das equipes de remoção, 6.803 pessoas foram resgatadas em operações de socorro, 110 barcos utilizados no transporte. Os prejuízos foram calculados em 212 milhões (SANTOS, 2012). Até aquele momento, foi considerada a mais gravosa alagação, pois ainda que não ultrapassou a cota histórica de 1997, atingiu muito mais pessoas. É pertinente observar uma imagem aérea do Bairro Cadeia Velha, área alagadiça próxima ao centro da cidade, no ano de 2011 (Figura 6). É possível observar o adensamento de casas que ficaram submersas na alagação de 2012 e 2014.

Figura 6 – Imagem do Google Earth, Bairro Cadeia Velha ano de 2011



Fonte: Google Earth.

Em 2014, Rio Branco viveu uma alagação menos intensa do que a de 2012 mas, ainda assim, a enchente do Rio Madeira, em Porto Velho (RO), cobriu parte da BR-364, trecho da estrada que liga o Acre a Rondônia, única via de acesso terrestre do estado para o resto do Brasil. Com a inundação, o Acre ficou isolado por vários dias, o que levou o Governador Tião Viana a decretar situação de emergência. Houve desabastecimento de vários itens, especialmente de combustíveis, o que provocou muitas filas nos postos de combustíveis. O Governo do Estado pediu ajuda ao Governo Federal para evitar o completo desabastecimento de alimentos. Três aviões de carga da Força Aérea Brasileira (FAB) fizeram o transporte de alimentos entre Porto Velho e Rio Branco (ISOLADO..., 2014). Caminhões de carga que seguiam para o Acre se arriscavam na travessia de lâminas de água que chegaram a 80 centímetros acima do asfalto (Figura 7).

Figura 7 – Passagem de caminhões na BR 364 em abril de 2014



Fonte: (ACRE..., 2014).

No dia 8 de janeiro¹² foi realizada reunião para elaboração de um Plano Estadual de Contingência em caso de cheias do Rio Acre e Madeira com a participação do vice-prefeito de Rio Branco, Márcio Batista¹³; da vice governadora, Nazaré Araújo; do representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), Marcus Suassuna; do meteorologista do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), Luiz Alves; do chefe de operações da Polícia Rodoviária Federal do Acre e Rondônia, do inspetor João Bosco Ribeiro; do comandante do Corpo de Bombeiros, Carlos Gundim; e do coordenador de Defesa Civil de Rio Branco,

¹² A partir deste registro, todas as datas subsequentes se referem ao ano de 2015.

¹³ Todos os cargos e seus ocupantes aqui mencionadas se referem ao ano de 2015.

Coronel George Santos. Participaram também os representantes dos empresários e das instituições financeiras. Houve esclarecimentos sobre quais ações de precaução haviam sido tomadas, especialmente para evitar o desabastecimento de produtos como no ano anterior.

O representante dos donos de supermercados, Luís Deliberato, destaca que entre as medidas tomadas pela iniciativa privada está o aluguel de um grande galpão para o armazenamento de produtos não perecíveis, para evitar o desabastecimento. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Acre, George Pinheiro, lembra que é necessário reestabelecer a relação comercial com o Peru, de onde vieram vários itens como material de construção e alimentos durante a cheia do Madeira, quando o Acre ficou parcialmente isolado. Medida que segundo a chefe da Casa Civil do governo, Márcia Regina, já está sendo tomada (RIO..., 2015a).

No dia 24 de janeiro, o Rio Madeira atingiu a marca dos 15 metros¹⁴ (Figura 8). As previsões meteorológicas apontavam que o período das chuvas ainda não havia chegado ao seu ápice e, portanto, ainda viria muita água nos meses de fevereiro e março, considerados pela Defesa Civil do Acre e de Rondônia os mais chuvosos. Havia um temor das autoridades de que se repetisse a obstrução da BR 364. Em Porto Velho, famílias estavam sendo levadas para abrigos. De acordo com o coordenador da Defesa Civil de Rondônia, Cel. José Pimentel, o nível do Rio Madeira continuava subindo, inclusive “[...] nosso termômetro para a força dessa enchente é na Vila do Abunã, distante 215 km da capital. Nesse local o nível da água já está dois metros acima do registrado em 2014. Isso é bastante preocupante” (PARTE..., 2015).

Figura 8 – Rio Madeira em janeiro de 2015



Fonte: IMAGENS..., 2015.

¹⁴ A cota de alerta do Rio Madeira é de 16,69 metros, e aos 17m de profundidade a água atinge a pista da BR-364 no trecho de Rio Branco para Porto Velho, impedindo o fluxo de veículos.

No dia 26 de janeiro, foi realizada uma reunião entre representantes de setores empresariais de todo o estado no auditório da Associação Comercial de Rio Branco para planejar ações a serem executadas nos dias seguintes. Entre elas, destaca-se a enumeração de uma lista de exigências para a Presidente da República, Dilma Rousseff (2011 - 2015): solicitação de linhas de crédito que ultrapassavam os R\$ 100 milhões, extensão do prazo para pagamento, estocagem de produtos em alta escala e uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) (ACISA, 2015).

Em uma entrevista concedida ao portal AC24horas, o Presidente da Associação Comercial de Rio Branco (Acisa), Jurilande Aragão, reforçou esse discurso, informando que os empresários estavam estocando alimentos não perecíveis desde novembro de 2014 com provisão suficiente para 90 dias de isolamento. Além disso, previa possíveis liberações de empréstimos bancários em condições favorecidas como no ano anterior.

Sobre os empréstimos que podem somar a quantia de R\$ 100 milhões, Jurilande destaca que os bancos ainda não se posicionaram sobre o assunto e que eles podem estar “esperando que aconteça a enchente. Eles podem ter que ver, para crer”, argumenta o dirigente que acredita nos “estoques dos empresários, que já estão sendo preparados para manter as vendas por pelo menos três meses. Os empréstimos devem sair, mas durante a cheia, então, é bom estar sempre preparado”, considera Aragão (ACISA..., 2015).

De acordo com reportagem publicada no Jornal A Gazeta, a população em Rio Branco também começou a estocar alimentos, gás de cozinha e produtos de limpeza. Além da possível falta de abastecimento dos mercados, também estava no horizonte das preocupações o aumento de preços praticado no isolamento do ano anterior. Por sua vez, o Governador Tião Viana afirmou que o Estado estava preparado para lidar melhor com a situação: já tinha conversado com os empresários do ramo de supermercados para que fizessem um estoque maior e elaborado logística para trazer combustível do Peru (PARTE..., 2015).

3.2 A ALAGAÇÃO DE 2015

No dia 26 de janeiro, o Rio Acre chegou no nível de 13,16m e se aproximou da sua cota de alerta (13,50m). A Prefeitura de Rio Branco iniciou as ações contingenciais previstas, com a instalação do primeiro abrigo (Figura 9) em Rio Branco, localizado no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco, e com a montagem de infraestrutura, como banheiros,

lavanderias, áreas de alimentação e administração. É importante registrar que essa demanda ao longo da alagação movimentou significativos valores¹⁵ para os fornecedores e prestadores de serviço, a exemplo das empresas de construção, madeireiras e locadores de banheiros químicos.

Figura 9 – Prefeito Marcus Alexandre acompanhando construção de abrigos



Fonte: Delgado (2015).

Nos primeiros dias de fevereiro não houve mais alertas quanto ao nível dos rios Acre e Madeira. Por isso, é interessante registrar que no dia 10 de fevereiro o Prefeito de Rio Branco abriu uma série de debates públicos para a revisão do Plano Diretor de Rio Branco em uma cerimônia (Figura 10) sediada pela Federação do Comércio do Estado do Acre (Fecomércio) e com a representação de várias entidades interessadas no ordenamento do solo e zoneamento urbano da cidade: Promotora de Justiça Especializada de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, Meri Cristina; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac), José Luiz Felício; Presidente da Fecomércio, Leandro Domingos; Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Carmina Pinheiro; Secretário Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU), Luiz Rocha; Secretário de Estado da Habitação de Interesse Social (Seahb), Jamil Asfury, que representou o Governador; Vice-Presidente da União das Associações de Moradores de Rio Branco (Umamrb), Panelada; Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrícola do Acre (Acisa), Jurilande Aragão; Vereadores Gabriel Forneck, Fernando Martins, Rose

¹⁵ Em pesquisa a publicações no Diário Oficial do Estado de extratos de contratos apenas da PMRB relacionados aos custos de implantação dos abrigos, alimentação e custos operacionais, foram contabilizados mais de R\$

Costa e Ismael Muniz; e representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Edfa Viviane. Naquela ocasião, mesmo na iminência de uma alagação, esta circunstância não foi destacada como relevante para a construção do Plano Diretor, conforme registro do portal oficial da Prefeitura.

A necessidade de revisar o Plano Diretor se dá por inúmeros motivos, mas fundamentalmente porque a cidade é viva: em 2005, a cidade tinha 305 mil habitantes e hoje são 363 mil pessoas morando na capital do Acre. Naquela época eram 141 bairros e hoje são 212, e a frota de veículos disparou, saindo de 55,8 mil veículos para 140,8 mil em 2014 (MARCUS..., 2015).

Figura 10 – Cerimônia de lançamento da Revisão do Plano Diretor de Rio Branco



Fonte: Vicenti (2015).

As chuvas se intensificaram e no dia 21 de fevereiro o Rio Acre atingiu a cota de alerta em Rio Branco de 13,50m. À montante do rio, nas cidades do interior, a água chegou de forma dramática. O município de Brasiléia viveu a pior alagação já registrada (Figura 11).

Figura 11 – Foto da alagação de 2015 em Brasília



Fonte: Miranda (2015b).

De acordo com o Governo do Estado, 13 bairros foram atingidos diretamente pela cheia, parte da energia foi suspensa, o sistema bancário caiu e a comunicação via celular de três operadoras está interrompida. O número de famílias afetadas chega a 577, entre desabrigadas e desalojadas. Um total de 1.880 pessoas. Dentre o quantitativo de famílias, 251 estão desabrigadas. O rio está 3,41 metros acima da cota de transbordamento, que é de 11,40 metros. Em Eпитaciolância, cidade vizinha, 60 famílias estão desabrigadas e 702 pessoas foram atingidas (COM..., 2015).

Xapuri (Figura 12) também enfrentou sua pior alagação. "É uma situação de desespero", foi a fala registrada do Prefeito de Xapuri (AC), Marcinho Miranda, sobre a enchente histórica. A cidade, de pouco mais de 16 mil habitantes, teve boa parte da área urbana invadida pelas águas dos rios Acre e Xapuri. Ruas, casas, praças, terminal rodoviário, hospital, comércios e órgãos públicos instalados na região central do município, além da casa e do Centro de Memória Chico Mendes, foram tomados pelas águas. A equipe da Defesa Civil utilizou 13 abrigos, entre escolas e órgãos públicos, para abrigar os moradores atingidos pela enchente, um total de 1.977 pessoas, sendo 143 famílias desabrigadas e 561 desalojadas ("DESESPERO"..., 2015).

Figura 12 – Foto da alagação de 2015 em Xapuri



Fonte: Nascimento (2015).

No dia 23 de fevereiro, o Rio Acre transbordou em Rio Branco e o Governo do Estado e a Prefeitura iniciaram ações de assistência às vítimas retirando famílias de áreas de risco. O trabalho era realizado em tempo integral por cerca de 20 equipes compostas por membros do Corpo de Bombeiros e servidores da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semsur). O Prefeito Marcus Alexandre (2013 – 2016 / 2017 – 2018) transferiu seu gabinete para o Parque de Exposições e decretou situação de emergência, conforme Decreto Municipal nº 193/2015. No dia 24 de fevereiro, a Defesa Civil estadual constatou o nível de 15,73m no Rio Acre, e a equipe de infraestrutura do abrigo iniciou trabalhos de ampliação do número de boxes. As campanhas de arrecadação de alimentos também começaram a ser noticiadas nos portais oficiais (BOLETIM..., 2015a)¹⁶.

Coordenado pela primeira-dama do Estado, Marlúcia Cândida, o Acre Solidário encabeçou uma campanha para arrecadar doativos às vítimas da enchente. Alimentos não perecíveis, como leite em pó e massa para mingau, além de fraldas descartáveis para crianças e idosos, podem ser doados nos postos de coleta, localizados na OCA, Palácio das Secretarias, Quartel da Polícia Militar, Igreja Batista do Bosque e lojas da rede de Supermercados Araújo (BOLETIM... 2015a).

¹⁶ No ano de 2012, quando ocorreu uma alagação extraordinária, a Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Acre criou uma ferramenta em sua página inicial chamada Boletim da Alagação. Reeditado a cada evento de inundação, o Boletim da Alagação é atualizado com frequência diária ou – nos momentos mais críticos – a cada três horas, com dados do nível do rio baseada nas informações repassadas pelo Corpo de Bombeiros. Além disso, foi atualiza informações sobre o número de pessoas desabrigadas e a quantidade de equipes da Defesa Civil que estão trabalhando na retirada dos atingidos pela enchente.

Devido à ampla divulgação, outras organizações e pessoas também colaboraram com a arrecadação de alimentos para os desabrigados (Figura 13).

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu nesta quinta-feira (26) uma coletiva de imprensa para tratar sobre a campanha “Judiciário Solidário”, cujo objetivo é a arrecadação de doativos e ajuda às famílias desalojadas pela enchente do Rio Acre. A coletiva foi conduzida pela desembargadora-presidente Cezarinete Angelim, na sede do Tribunal, com as presenças das desembargadoras Denise Bonfim (vice-presidente) e Regina Ferrari (corregedora geral da Justiça) (ENCHENTE..., 2015b).

Figura 13 - TJ lança campanha Judiciário Solidário



Fonte: (ENCHENTE..., 2015b).

Servidores do Ministério Público organizam ainda campanha de solidariedade às famílias atingidas pela enchente do rio Acre. A ideia é arrecadar, principalmente, roupas e alimentos não perecíveis para entregar às famílias carentes quando retornarem as suas casas. O objetivo é sensibilizar não somente os membros e servidores das unidades do Ministério Público na capital, mas também o quadro de servidores no interior do Estado. “É uma forma de ajudar as famílias mais necessitadas. Muitas pessoas perdem todos os móveis e os alimentos durante a enchente. O Ministério Público se solidariza com a situação dessas famílias e se dispõe a ajudar no que for necessário para amenizar o sofrimento dessas pessoas”, disse o Procurador-geral de Justiça, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto (MP..., 2015).

No mesmo dia 24, o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) reativou o Grupo Especial de Apoio e Atuação para Prevenção e Resposta a Situações de Emergência ou Estado de Calamidade devido à ocorrência de Desastres (GPRD). O Grupo foi composto por Promotores Públicos e Procuradores de Justiça para prestar apoio integral aos desabrigados. A finalidade do grupo foi garantir, de forma prioritária, “a defesa dos interesses de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situações de calamidades públicas e

emergências, e com a intenção de evitar a violação de seus direitos fundamentais, assegurando o acolhimento imediato em condições dignas e de segurança” (MP..., 2015). O MP/AC instalou a base do grupo no Parque de Exposições, que serviu de central de atendimento do órgão aos desabrigados e também como ponto de coleta de arrecadação.

No dia 25 de fevereiro, a medição da cota alcançou 16,16 (BOLETIM..., 2015b) e a alagação já havia comprometido a zona rural da cidade (Figura 14). A Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta (Safra) prestou auxílio aos ribeirinhos e produtores no escoamento da produção e no fornecimento de água potável para áreas isoladas (CHEIA..., 2015).

Figura 14 – Zona rural na alagação de 2015



Fonte: (CHEIA..., 2015).

No dia 26 de fevereiro, o Governo Federal reconheceu a situação de emergência dos municípios de Epitaciolândia, Brasília, Xapuri, Assis Brasil e Rio Branco, por meio de Decreto da Secretaria Nacional da Defesa Civil publicado no Diário Oficial da União. O Governo Estadual já havia decretado Estado de Emergência em seis municípios (Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco e Tarauacá) por causa da cheia histórica que atingiu o estado acreano (GOVERNO..., 2015a).

No dia 27 de fevereiro, o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, acompanhado dos Deputados e Senadores do Estado, visitou Rio Branco (Figura 15) em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e acompanhou a situação emergencial, vistoriando os municípios de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Rio Branco, cidades atingidas pela alagação. (MINISTRO..., 2015).

Nem a tragédia que se abateu sobre milhares de famílias do Acre com as alagações dos rios acalmou a sanha de querer aparecer de alguns políticos. Parece que o desastre se torna um cenário ideal para falsos heroísmos. Alguns querem mostrar que estão fazendo mais que os outros. Tocam as trombetas bem alto esquecendo da máxima de Jesus Cristo de que a mão esquerda não deve saber o que a direita está fazendo. A gente abre os sites e jornais e políticos de situação e oposição aparecem em fotos dentro da água ou em canoas como salvadores da pátria. Para completar o quadro das fogueiras das vaidades até a anunciada visita do ministro da Integração Gilberto Occhi, nesta sexta, dia 27, para ver de perto a enchente do Acre gerou polêmica. Tanto o senador Jorge Viana (PT) quanto o senador Gladson Cameli (PP) se colocam como os pais da visita ministerial. Occhi é filiado ao PP de Cameli e Viana é vice-presidente do Senado. Vai saber quem influenciou mais a decisão do ministro de vir ao Acre (ENCHENTE..., 2015a).

Figura 15 - Visita do Ministro da Integração Nacional



Fonte: Miranda (2015).

Em entrevista concedida, o Ministro anunciou as medidas de apoio do Governo Federal: duas toneladas de remédios entregues; liberação de dezessete mil kits de primeiro atendimento aos desalojados (kits com material de limpeza, higiene, colchões e água potável). Nessa mesma ocasião, elogiou o empenho de toda a Bancada Federal acreana para a viabilização dessa ajuda (MINISTRO..., 2015).

Enquanto as cidades do interior já começavam as ações de pós desastre, Rio Branco entrou no período crítico da cheia histórica do Rio Acre. Às 18 horas do dia 28 de fevereiro, o nível do manancial chegou a 17,15 metros, superando a cota registrada em 1988, que foi de 17,12 metros. O grande volume de água foi provocado pela vazante que vinha dos municípios do Alto Acre. O Parque de Exposições abrigava, então, mais de 4.500, com 1.286 famílias no local (BOLETIM..., 2015c). Diante da expectativa de elevação do nível do rio, o Governo do

estado e a Prefeitura providenciaram a construção de mais duas instalações de abrigos, localizadas no SEST-Senat e no SESC-Bosque para receber novos desabrigados (PREFEITURA..., 2015a). À noite, a Secretaria de Obras, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, interditou parte do Calçadão da Gameleira que havia sido atingida pelas águas. De acordo com declaração do Secretário de Obras, Leonardo Neder, a fiação é enterrada na calçada que estava submersa: com “[...] risco de choque e afogamentos, por isso, solicitamos o isolamento da área” (GOVERNO..., 2015b). Foi dessa mesma data o Decreto Estadual nº 1.430, que declarou Estado de Calamidade Pública nos municípios de Brasiléia, Xapuri e Rio Branco (ACRE..., 2015).

No dia 1 de março, na medição das nove da manhã, o nível marcou 17,44 metros. Para garantir que os desabrigados fossem atendidos, o Corpo de Bombeiros do Acre coordenou 20 equipes espalhadas pelos 24 bairros atingidos pela cheia. As equipes eram compostas de seis pessoas, entre bombeiros, servidores da Prefeitura de Rio Branco, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (Deracre), membros da Polícia Militar, Polícia Civil e do Exército. A infraestrutura utilizada compreendia 26 barcos, 28 caminhões e 4 motores (BOLETIM...2015d). Toda essa movimentação repercutiu em contratações extraordinárias e aquisição de combustíveis, registrada nos relatórios finais de prestação de contas dos repasses federais. Ao final da tarde, mais uma medida de segurança foi efetivada com a interdição da ponte Juscelino Kubitschek, conhecida popularmente como Ponte Metálica, a via de acesso mais utilizada para atravessar do 1º para o 2º distrito da cidade (4ª PONTE..., 2015).

Naquele mesmo domingo, o Prefeito Marcus Alexandre assinou o Decreto de Estado de Calamidade Pública (PREFEITO..., 2015):

DECRETO Nº 214 DE 01 DE MARÇO DE 2015

“Declara situação anormal, caracterizada como ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA nas áreas do município de Rio Branco afetadas pela ocorrência de enchentes.”

O Prefeito do Município de Rio Branco, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os artigos 58, inciso 87 e 92 caput da Lei Orgânica Municipal e em observância ao art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7257, de 04 de agosto de 2010 e parágrafo 2º do art. 3º da Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

Considerando que o nível do Rio Acre, na Cidade de Rio Branco, atingiu, nesta data, a cota de 17,44m (09:00h), superando a cota de transbordamento em 3,44m.

Considerando o padrão evolutivo do desastre ocasionado pela enchente do Rio Acre na Cidade de Rio Branco, onde se apresenta um quadro de agravamento da situação.

Considerando a Situação de Emergência declarada pelo decreto 193, de 23 de fevereiro de 2015, alterado pelo decreto nº, 201 de 25 de fevereiro de 2015.

Considerando a Situação de Emergência decretada pelo governo do Estado pelo decreto nº 1.425, de 23 de fevereiro de 2015, reconhecida pelo governo federal através da portaria nº 17 (D.O.U., de 26 de fevereiro de 2015), de 25 de fevereiro de 2015, da Secretaria Nacional de proteção e Defesa Civil.

Considerando a intensificação da quebra da situação de normalidade.

Considerando a ampliação dos danos e prejuízos ocasionados pelo referido desastre. Considerando que o número de famílias existentes nos abrigos públicos temporários (Parque de exposição, SEST/SENAT e SESC/Bosque), é, até a data de hoje (09h), de 1.461, totalizando 5.162 pessoas (2.679 adultos, 1.661 crianças, 91 idosos e 599 adolescentes, 73 deficientes e 59 grávidas).

Considerando que 05 unidades de saúde e 15 escolas da rede pública municipal já encontram-se atingidas pela inundação, comprometendo o atendimento básico de saúde e o ano letivo.

Considerando que conforme o sistema de georreferenciamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco a quantidade de edificações atingidas na cota de 17,44m é de 14.316, correspondendo a 50.106 pessoas afetadas.

Considerando que o avanço crescente da água nas áreas ocupadas pela população vulnerável à ocorrência das enchentes, aumenta consideravelmente a população atingida.

Considerando a intensificação da quebra da situação de normalidade e da rotina das famílias atingidas pela enchente, bem como os impactos negativos causados no sistema de transporte, na saúde pública e na segurança global, afetando a integridade e a incolumidade da população.

Considerando, finalmente, o exaurimento da capacidade do Município de Rio Branco arcar com o imenso ônus causado pela ocorrência e magnitude deste evento.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada situação anormal, caracterizada como “ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA”, nas áreas atingidas pela enchente, a seguir descritas: Zona Urbana - 06 de agosto, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Areal, Ayrton Senna, Bahia Nova, Bahia Velha, Bairro 15, Baixa da Cadeia Velha, Baixa da Colina, Baixa da Habitasa, Base, Belo Jardim I e II, Boa União, Boa Vista, Bosque, Cadeia Velha, Centro, Cidade Nova, Comara, Conjunto Jardim Tropical, Glória, Habitasa, João Eduardo I, Loteamento Praia do Amapá, Loteamento São Francisco, Mauri Sérgio, Morada do Sol, Palheiral, Pista, Preventório, Santa Inês, Santa Tererezinha, Sobral, Taquari, Triângulo Novo, Triângulo Velho. ZONA RURAL à jusante: Limoeiro, Colibri, Bagaço, Vista Alegre, Catuaba, Extrema, Oriente, Liberdade, Panorama ribeirinho, Panorama, Belo Jardim ribeirinho. ZONA RURAL à montante: Benfica ribeirinho, APA do Amapá ribeirinho, Moreno Maia, Capatará, Água Preta, Barro Alto, Caipora, Vai-se-ver, Espalha e São Raimundo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo o prazo de vigência por 90 dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste decreto poderá ser prorrogado até completar o prazo máximo de 180 dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Branco-Acre, 01 de março de 2015, 127º da República, 113º do Tratado de Petrópolis, 54º do Estado do Acre e 132º do Município de Rio Branco. Marcus Alexandre Prefeito de Rio Branco (RIO BRANCO, 2015).

No dia 2 de março, o governador Tião Viana e o Prefeito Marcus Alexandre realizaram uma coletiva de imprensa sobre a situação das cidades acreanas alagadas, principalmente Rio Branco, que registrou na medição daquela manhã 17,79 metros, já considerada a maior cheia da história na capital. Com 40 bairros e mais de 18 mil edificações atingidas pelas águas, medidas emergenciais tiveram que ser tomadas, como a interdição das pontes do Centro e a decretação de ponto facultativo nos dias 2 e 3 de março para o funcionalismo público municipal e estadual. Nesta mesma coletiva, anunciaram a abertura do quinto abrigo na cidade e demonstraram preocupação com uma possível interdição da BR 364 pelo agravamento da enchente do Rio Madeira (GOVERNO..., 2015c).

"Estamos vivendo um drama social e econômico. São vidas, famílias e pessoas que estão vendo seus bens sendo destruídos. O Governo unido com a Prefeitura está dando todo o suporte, o Governo Federal também está sendo solidário, mas essa é uma tragédia de consequências ainda não medidas. Não sabemos o que pode ocorrer nas próximas horas", salientou Viana. Ele falou ainda sobre a situação dos empresários que perderam tudo e aqueles que não conseguindo chegar ao trabalho. "Estamos muito preocupados também com os empresários que têm seus endividamentos, seus comércios. A Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia nos procuraram para ver a possibilidade de crédito para ajudar essas pessoas", disse.

O governador do Acre destacou também a situação no interior do Acre, nos municípios de Xapuri e Brasileia que também enfrentaram cheias históricas este ano. "Já solicitei a construção de pelo menos 1.000 casas na região de Brasileia, estamos vendo isso, é uma situação muito complicada que o Acre vive neste momento".

O prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, acrescentou que o município está diante da maior tragédia natural da história da cidade. "Estamos diante da maior tragédia natural que Rio Branco já viveu, a maior cheia desses 132 anos. Tivemos que fechar as duas pontes no Centro da Cidade e decretamos a calamidade pública, nossa situação requer a ajuda de todos, é uma mobilização", afirmou Alexandre (NÃO..., 2015).

As campanhas de arrecadação de alimentos e doações se intensificaram, chegando a ter repercussão nacional (Figura 16):

"Neste momento, todo brasileiro é acreano", afirmou o jornalista e apresentador Pedro Bial por meio de um vídeo, que está sendo divulgado pelas redes sociais, em apoio aos atingidos pela cheia do Rio Acre, que ultrapassou a marca histórica nesta segunda-feira (2). Não apenas ele, como o ator Murilo Rosa, a autora de novelas Glória Perez, a atriz acreana Brendha Haddad e os comediantes Welder Rodrigues, Jovane Nunes e Ricardo Pipo, da Companhia de Comédia Melhores do Mundo, mostraram solidariedade e fizeram vídeos em apoio às famílias atingidas pela tragédia.

Os depoimentos fazem parte da campanha SOS Enchente Acre, que arrecada recursos para ajudar os atingidos pela enchente em todo o estado. A ação é realizada pelo Programa Acre Solidário em parceria com a Diocese de Rio Branco, que administra a conta bancária. Depósitos de qualquer quantia podem ser enviados para a conta corrente 500-2, agência 0071-X, Banco Brasil.

De acordo com a coordenadora da campanha de doação para os desabrigados, Walnizia Cavalcante, todas as manifestações foram voluntárias. "Essas mensagens foram espontâneas. Pessoas que ligavam para saber notícias. Alguns já estiveram aqui no Acre", afirma (CAMPANHA..., 2015).

Figura 16 – Artistas participantes de campanha de doações



Fonte: CAMPANHA..., 2015.

Além dessa grande campanha, outras entidades se organizaram para este tipo de arrecadação: Igreja Batista (SOS..., 2015), Igreja Universal, Igreja Presbiteriana (SOS..., 2015b), Ordem dos Advogados (SECCIONAIS..., 2015), Assembleia Legislativa Estadual (Figura 17), entre outras.

Várias igrejas católicas e evangélicas fazem a diferença nesse momento de dificuldade por que passam as famílias atingidas pela cheia histórica do Rio Acre na capital. Muitas fazem doações e enviam os fiéis para atuar como voluntários nos abrigos públicos mantidos pela prefeitura e governo e também para a sede da Ação Rio Branco Amiga, onde é feita a triagem e distribuição das doações recebidas (DOAÇÕES..., 2015).

Atendendo convite dos deputados estaduais, o prefeito Marcus Alexandre esteve na Assembleia Legislativa do Acre na tarde desta segunda-feira, 9, para receber donativos destinados às famílias atingidas pela alagação em Rio Branco. Através da campanha ALEAC Solidária, que envolveu deputados, assessores e servidores, foram arrecadados sete toneladas de alimentos e produtos de limpeza (ALAGAÇÃO..., 2015).

Figura 17 - Prefeito recebe doações da ALEAC em 9 de março



Fonte: ALAGAÇÃO..., 2015.

Naquela altura – do rio e dos acontecimentos –, a rotina da cidade já estava drasticamente interrompida. A subida do Rio Acre era acompanhada hora a hora. Depois de manter a marca de 17,88 metros por duas horas seguidas, ele voltou a subir e, às 17h, registrava 17,90 metros. Assim, mais de 6,2 mil pessoas estavam desabrigadas e 71 mil pessoas foram diretamente afetadas pela cheia histórica (APÓS..., 2015b). As duas pontes principais que dão acesso ao segundo distrito de Rio Branco foram interditadas, o trânsito ficou lento e congestionado (Figura 18). Na Avenida Amadeo Barbosa, próxima à quarta ponte, se concentrou o fluxo de carros que se deslocavam entre o 1º e o 2º distritos da cidade.

Figura 18 – Quarta ponte no dia 2 de março



Fonte: (FOTOS..., 2015).

Prefeitura e Governo do Estado interditaram todo o centro da cidade no dia 3 (Figura 19), terça-feira, para diminuir o fluxo de veículos no local e agilizar a remoção de pessoas das áreas alagadas. O ponto facultativo aos servidores públicos foi estendido até sexta-feira, dia 6 de março.

O Centro de Rio Branco foi interditado nesta terça-feira (3), por causa da cheia do Rio Acre que atingiu vários pontos da capital acreana. Ao menos seis ruas foram fechadas por precaução. A medida foi anunciada pelo governador do Acre, Tião Viana, durante coletiva no gabinete da Casa Civil, nesta terça-feira (3). A Quarta Ponte, que liga o primeiro ao segundo distrito, também foi interditada. O rio está com a cota de 18,14 metros, na medição das 13h, segundo a Defesa Civil Estadual. [...]

De acordo com o governador do Acre, a medida foi tomada para desafogar o trânsito no Centro de Rio Branco e acelerar o resgate das pessoas que estão desabrigadas. "A Quarta Ponte foi interditada, o Centro da cidade também, salvo para veículos e caminhões em socorro e ônibus. O pedido do governo é que as pessoas não venham para o Centro", explica (4ª PONTE..., 2015).

Figura 19 – As três pontes interditadas



Fonte: Assis (2015b).

Os dados da medição da cota do rio, número de abrigos, desabrigados e pessoas atingidas eram atualizados e divulgados pelas assessorias de imprensa do Governo do Estado e Prefeitura, por exemplo:

Na medição realizada às 18 horas, o nível do manancial alcançou 18,22 metros. A medida representa 56 centímetros a mais que a maior enchente que se tinha registro, em 1997, quando o Rio Acre atingiu a cota de 17,66 metros. Já são mais de 20 abrigos montados na capital acreana para garantir o socorro às famílias que estão sendo desabrigadas pelas águas do rio. Milhares de pessoas entre bombeiros, policiais militares, exército e voluntários trabalham dia e noite retirando as famílias dos bairros atingidos pela cheia. Já são quase oito mil pessoas nos abrigos montados pelo governo e prefeitura. São 53 bairros cobertos pelas águas, mais de 24 mil edificações atingidas, com um total de 86.937 pessoas afetadas. Além disso, 32

áreas rurais tiveram a produção comprometida, o que pode representar R\$ 52 milhões de prejuízo (BOLETIM..., 2015e).

Nesse mesmo dia, 3 de março, o Ministro da Integração Nacional retorna ao estado e, acompanhado do Governador Tião Viana, Prefeito Marcus Alexandre, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Cezarinete e Procurador-Geral de Justiça Osvaldo, realiza visita ao Parque de Exposições, o maior abrigo de vítimas da enchente (Figura 20).

Figura 20 - Visita do Ministro da Integração em 2 de março



Fonte: PRESIDENTE..., 2015.

O dia 4 de março foi o ápice da crise dessa alagação. As ações contingenciais já estavam em seus limites e os agentes governamentais precisaram lidar com situações de colapso da infraestrutura urbana, como no fechamento do Terminal Urbano de Rio Branco (Figura 21), principal ponto de integração do sistema de transporte da cidade; e de precauções para a Ponte Metálica (Figura 22). Ademais, havia a iminência de prejuízo no abastecimento de água (Figura 23).

A entrada do Terminal Urbano de Rio Branco amanheceu tomada pelas águas do Rio Acre, nesta quarta-feira (4). O nível das águas chegou a 18,34 metros, segundo aferição das 12h. A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Rio Branco (RBTrans) informou que os ônibus ainda conseguem entrar no terminal, mas com dificuldade. Por isso, a operação do transporte coletivo será deslocada para o Terminal de Integração da Baixada, Terminal de Integração da Ufac, e para um ponto de apoio que será montado na parte alta da cidade próximo ao bairro Alto Alegre (ÁGUA..., 2015).

Figura 21 - Terminal de Ônibus alagado em 4 de março



Fonte: Fulgencio (2015a).

04/03/2015- Acre. Caçambas carregadas de brita foram colocadas sobre a Ponte Juscelino Kubitschek, conhecida por 'Ponte Metálica', nesta quarta-feira (4), por medida de segurança, segundo o secretário de Obras do município, engenheiro Ricardo Araújo. O Rio Acre segue subindo e a força da correnteza ameaça a estrutura da ponte. Cada um dos veículos, com a brita, tem peso aproximado de 25 toneladas. O peso dos veículos deve manter a estabilidade da ponte (ENGENHEIROS..., 2015).

Figura 22 - Caçambas sobre a Ponte Metálica em 4 de março



Fonte: Vale (2015).

A Estação de Tratamento de Água (ETA), responsável pelo abastecimento de 65% da cidade Rio Branco, localizada no bairro Sobral, foi invadida pelas águas do Rio Acre, nesta quarta-feira (4). Para evitar que a água chegue ao sistema de captação da ETA II, comprometendo o abastecimento da cidade, um plano foi montado pelo Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (Depasa). Segundo o diretor-presidente do Depasa, Edvaldo Magalhães, se o rio atingir a cota de 18,50 metros, a estação terá que ser desligada. Nesta quarta-feira (4), o nível do rio chegou 18,37 metros na medição das 14h (horário local). Ou seja, faltam apenas 13 centímetros para que a água alcance o local (RIO..., 2015b).

Figura 23 - Estação de Tratamento de Água alagada em 4 de março



Fonte: Fulgencio (2015b).

Às 18 horas do dia 4 de março de 2015, o Rio Acre atinge a cota histórica de 18,40m (Figura 24):

O nível do Rio Acre continuou subindo durante esta quarta-feira, 4, em Rio Branco. Na medição das 18 horas, o manancial chegou a cota de 18,40 metros.

Entretanto, o Riozinho do Rola, principal afluente do Rio Acre na capital acreana, apresentou estabilidade no nível de 17,85 metros.

Aumentou o número de desabrigados pela cheia. Em Rio Branco já são 25 abrigos que acomodam 2.260 famílias, totalizando 9.251 pessoas.

O Corpo de Bombeiros do Acre fez um levantamento preliminar que contabiliza a quantidade de pessoas que foram obrigadas a deixar suas casas por causa da enchente, mas estão abrigadas em casas de parentes ou amigos. Segundo o levantamento, são 692 famílias, totalizando 4.883 pessoas.

No interior do estado, o nível do Rio Iaco subiu e alcançou a cota de 16,09 metros às 18 horas. Em Sena Madureira já são 80 famílias desabrigadas, o que corresponde a 358 pessoas (BOLETIM..., 2015f).

Figura 24 – Foto no Calçadão da Gameleira em 4 de março



Fonte: (FOTOS..., 2015).

Os abrigos eram coordenados pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (Semcas). Uma das atividades mais prementes foi o fornecimento de três refeições a cada pessoa ali instalada (AÇÃÃO..., 2015), chegando a uma demanda diária de 31.568 refeições. Conseqüentemente, as empresas fornecedoras de alimentação contratadas tiveram um período rentável. Em posterior relatório de prestação de contas junto ao Ministério da Integração, foram constatados gastos de mais de dois milhões (RIO BRANCO, 2015). Além disso, os abrigos receberam vários serviços, como um Juizado Especial Itinerante, Posto Policial e de Saúde, Refeitório, Lavanderia, Praça de Lazer, e sessões de cinema organizadas pela Prefeitura (ABRIGO..., 2015), além de vários grupos voluntários que organizaram atividades recreativas com as crianças no local.

“Como forma de entreter e diminuir o sofrimento das famílias atingidas pela cheia do Rio Acre, em Rio Branco, a Juventude Solidária, grupo coordenado pela Assessoria Especial de Juventude (Assejuv), atua no abrigo instalado no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco com atividades recreativas para as crianças.

A equipe, composta por 15 pessoas, está diariamente no local das 8 às 17h, promovendo brincadeiras, pintura de rosto, amarelinha e pula-corda, entre outros. Além da equipe do governo, voluntários de instituições de ensino público e privado também atuam em outros setores do abrigo, como na distribuição de alimentos e acolhimento.

Representante da Juventude Solidária, Gleiciane Damasceno conta que realizar esse trabalho é gratificante. “Além de ajudarmos as famílias desabrigadas, proporcionamos um momento de descontração e alegria para as crianças” (ASSESSORIA..., 2015).

Muitos prédios públicos foram atingidos pela alagação, como escolas, postos de saúde e até a Câmara dos Vereadores do Município de Rio Branco –(CMRB) (Figura 25).

Localizado no bairro Seis de Agosto, um dos atingidos pela enchente do Rio Acre, o prédio da Câmara Municipal de Rio Branco também foi invadido pelas águas. Somente no plenário, foram em torno de 80 centímetros de água, de acordo com o presidente da casa, vereador Artêmio Costa (PSDC). Por isso, desde terça-feira (11), as sessões passam a ocorrer na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), das 18h às 21h (APÓS..., 2015a).

Figura 25 – CMRB atingida pela alagação em 5 de março



Fonte: Flores (2015).

No dia 5 de março, finalmente, o rio começa a baixar. Em uma unidade do Exército, foi realizada a entrega dos kits custeados pelo Governo Federal, com a participação do Ministro Gilberto Occhi, do Procurador-Geral de Justiça Oswaldo D’Albuquerque, do Governador Tião Viana e do Prefeito Marcus Alexandre (Figura 26).

O Ministério da Integração entregou, na manhã desta quinta-feira (5), kits emergenciais às famílias desabrigadas e desalojadas pela enchente do Rio Acre. Ao menos três mil colchões e fraldas descartáveis foram entregues no pátio do 7º Batalhão de Engenharia e Construção (7º BEC), em Rio Branco, para as famílias afetadas pela enchente das cidades de Brasileia, Tarauacá e Xapuri. (NO..., 2015).

Figura 26 - Entrega de kits



Fonte: (NO..., 2015).

Governo do Estado e Governo Federal aceleraram procedimento de entrega de casas no Projeto Habitacional Cidade do Povo, do Programa Minha Casa, Minha Vida, para que os

atingidos pela alagação habilitados junto à Caixa Econômica Federal já saíssem do abrigo para a nova casa.

A superintendente regional da Caixa, Maria Claudia Sakai, explica que o banco, em conjunto com a Sehab, realiza uma força-tarefa para que todas as famílias possam assinar os contratos o mais rápido possível e se mudar imediatamente.

“O processo de vistoria, assinatura de contratos e entrega da casa leva mais de 15 dias para ser executado. Como estamos passando por um momento inédito da história, em que diversas famílias foram atingidas pela cheia, decidimos atender um número maior de pessoas por dia para que possam ir logo para as novas casas”, diz Maria Claudia.

Ao todo, 966 unidades habitacionais estão em condições de entrega e todas serão direcionadas a famílias que vivem em áreas de risco. São 432 na Cidade do Povo; 423 no Rui Lino; 100 no Cabreúva e 11 residências remanescentes no Abunã (GOVERNO..., 2015d).

O dia 6 de março, foi mais um dia de vazante no nível do Rio Acre. Depois que alcançou a cota histórica de 18,40 metros na noite do dia 4, o nível do rio já havia baixado 69 centímetros. A Semsur coordenou uma operação de limpeza nos 53 bairros atingidos pela enchente histórica. O Plano Emergencial de Limpeza Pós-Alagação foi lançado em ato oficial (Figura 27) com a presença do Prefeito Marcus Alexandre, da Vice-Governadora Nazaré Araújo, do Procurador-Geral de Justiça Oswaldo D’Albuquerque, entre outras autoridades. E foi executado por 30 equipes com 330 homens, 273 operadores e 280 equipamentos (RIO..., 2015c).

Nos 27 abrigos montados pelo poder público na capital acreana estão 2.964 famílias, o que corresponde a 10.449 pessoas.

Com a constante vazante, governo do Estado e prefeitura já começam a planejar a operação de limpeza dos bairros. No próximo domingo, 8, cerca 30 equipes começam a limpar as ruas atingidas pela cheia.

Só após essa limpeza e com a confirmação que o nível do rio continue baixando é que começará a ser discutida a operação volta para casa das famílias desabrigadas (BOLETIM..., 2015g).

Figura 27 - Lançamento do Plano Emergencial de Limpeza em 6 de março



Fonte: (MPAC..., 2015).

Se a cota de 18,40m foi o ápice do rio, a visita da Presidente da República Dilma Rousseff foi o ápice dos acontecimentos políticos registrados naquele período em Rio Branco (Figura 28). Na cerimônia, a Presidente simbolicamente entregou a chave de 967 unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida no maior empreendimento habitacional do Governo do Estado, a Cidade do Povo.

A presidente Dilma Rousseff chegou em Rio Branco, nesta quarta-feira (11), por volta das 14h [horário local] e foi recebida por manifestantes e militantes do partido no aeroporto. Ainda na sala de embarque, ela se reuniu com o governador do Acre, Tião Viana e prefeitos de cidades acreanas atingidas pela cheia.

Em um helicóptero, ela seguiu para o abrigo montado no Ginásio do Sesi e depois para a Cidade do Povo, considerado o maior programa habitacional do governo estadual. Lá, ela entrega mais de 900 casas populares a famílias atingidas pela cheia. A visita da presidente ocorre uma semana após o estado enfrentar a pior enchente da história (DILMA..., 2015).

Figura 28 - Dilma chegando ao Acre em 11 de março de 2015



Fonte: Brasil (2015).

Em sua fala, Dilma disse desejar que, no futuro, as pessoas já não precisem ir a abrigos, apesar de dizer ter encontrado em Rio Branco a “estrutura mais humana de abrigo” em todos os eventos que visitou. Ela enumerou que já haviam sido enviadas mais de 15 toneladas de medicamentos e materiais ao estado e que até o fim de semana deveriam chegar 100 mil frascos de hipoclorito de sódio (recomendado para purificar a água destinada ao consumo humano) (DILMA..., 2015).

Nos dias seguintes, a vazante se manteve constante e as providências para o retorno das famílias às suas casas foi planejado entre Prefeitura e Governo do Estado.

Durante a reunião, destacou-se que a capital ainda conta com 15 abrigos onde estão acomodadas 2.204 famílias. Para garantir o retorno dessas famílias para seus lares foi montado um efetivo de 31 veículos grandes que será ampliado com apoio de caminhões do Exército. Contudo, a situação ainda exige cautela, tendo em vista que o rio Acre permanece com o nível em transbordamento e, por isso, se faz necessário cuidado para retirada das famílias dos abrigos.

“A avaliação da equipe é que o rio deve permanecer nesse nível e, portanto, só as famílias acima dessa cota estão aptas a voltar pra casa. Nós estamos conversando com as famílias nos abrigos, principalmente nas escolas e estamos com um efetivo da prefeitura, do governo e do Exército para garantir o retorno”, declarou Marcus Viana, prefeito de Rio Branco.

Participaram do encontro os comandantes das unidades militares da cidade, especialistas em clima e hidrologia da administração pública, Defesa Civil estadual e municipal, e do Serviço Geológico Brasileiro, além de técnicos e assessores envolvidos diretamente no atendimento às vítimas das cheias no Estado estiveram presentes à mais esta reunião (PODER..., 2015).

É interessante anotar aqui a publicação de uma pesquisa realizada pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas Empresariais (Ifepac), que entrevistou 250 empresários do ramo, durante a enchente de 2015 do Rio Acre, em Rio Branco. A coleta de dados apurou que 73% das empresas do comércio varejista tiveram instalações e estoques comprometidos. Entretanto, mesmo com os prejuízos, de acordo com a Fecomercio, 84% dos comerciantes nem cogitaram a possibilidade de uma mudança de endereço. A maior parte alega que o local atual possui grande circulação de pessoas, o que compensa o transtorno temporário (CHEIA..., 2015b).

Ao final do mês de março, poucas famílias ainda estavam no abrigo do Parque de Exposições.

A Defesa Civil de Rio Branco planeja concluir até a próxima quarta-feira, 1º de abril, a remoção das famílias que permanecem no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco, o único abrigo que ainda mantém as famílias atingidas pela enchente do Rio Acre na capital. Até o meio-dia desta segunda-feira, 30, permaneciam no parque cerca de 320 famílias, mas pelo menos 60 vinham sendo removidas ao dia e, com o processo de intensificação, a expectativa é que já no começo de abril o abrigo esteja desativado (PREFEITURA..., 2015b).

A conclusão desta seção coincide com o fim do período crítico de transbordamento do Rio Acre.

3.3 PERÍODO PÓS ALAGAÇÃO DE 2015

Logo após a alagação, no mês de abril, a Prefeitura iniciou as ações de limpeza urbana e recuperação de vias danificadas. A Defesa Civil interditou, aproximadamente, 33 casas nos bairros Seis de Agosto e Cidade Nova por apresentarem risco de desabamento. As famílias foram incluídas no programa de aluguel social (APÓS..., 2015c). Outra medida de socorro aos alagados após a fase crítica da alagação foi a liberação do saque de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores que foram atingidos pela cheia histórica do Rio Acre pela Caixa Econômica Federal.

Entre as famílias que não voltaram mais para a casa alagada devido a terem recebidos casas na Cidade do Povo ou ingressado no programa de aluguel social, boa parte ocupava a área do Bairro Cadeia Velha, cuja imagem de satélite evidencia a desocupação (Figura 29).

Figura 29 - Imagem do Google Earth, Bairro Cadeia Velha ano de 2017



Fonte: Google Earth.

Ainda que seja evidente o resultado da política pública de habitação para diminuir os impactos da alagação, os beneficiários ainda precisam lidar com outros problemas conforme registro do mês de maio de 2015, quando a Cidade do Povo completava o primeiro ano desde a chegada dos primeiros moradores. Na ocasião, foram entregues mais 246 casas às famílias com

renda de até R\$ 1,6 mil. Até aquele momento foram contabilizadas por volta de 2,2 mil moradias entregues, das mais de 10 mil esperadas. Além disso, havia a promessa do governo de entregar mais 1.062 casas até o fim daquele ano.

No dia 22 de maio de 2014 era inaugurado, em Rio Branco, o maior projeto habitacional do governo do Acre. Batizado de Cidade do Povo, o empreendimento recebeu, apenas na primeira etapa, um investimento de R\$ 24 milhões e atualmente 1,1 mil famílias vivem no local. Considerado o maior bairro planejado do Acre, a Cidade do Povo conta com postos de saúde, Unidade de Pronto Atendimento, delegacia, comércio e escolas. Mas, apesar de todo esse aparato, alguns moradores que vivem hoje no local reclamam da falta de segurança, atendimento precário de saúde e transporte (MORADORES..., 2015).

A revisão do Plano Diretor que havia sido iniciada no início do ano e interrompida pela alagação, retomou seus trabalhos e no mês de novembro realizou uma série de audiências públicas por regiões da cidade.¹⁷

A Prefeitura de Rio Branco, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) abre no próximo dia 7 de novembro a série de debates públicos nas regionais para revisão do Plano Diretor de Rio Branco, começando pelas regionais Calafate e Floresta, na Escola Francisco Bacurau, a partir das 8h. Os debates seguem na regional Estação Experimental e Cadeia Velha (SEAPROF, dia 14.11) e Baixada da Sobral e Seis de Agosto (Secretaria de Estado da Educação, na ladeira do Bola Preta, dia 21.11). Na sequência virão as regionais Belo Jardim, dia 28.11 no auditório do SEST/SENAT; Tancredo Neves e São Francisco (Escola Ismael Gomes, no Tancredo Neves, dia 5 de dezembro. [...] Já dia 26 de outubro, a SMDGU inicia a Jornada Técnica de Reuniões Temáticas com segmentos da sociedade civil. Os debates serão realizados por eixo temático envolvendo organizações do comércio, indústria, Ministério Público e demais órgãos das esferas federal, estadual e municipal. A Jornada Técnica se encerra no dia 30 de outubro (PREFEITURA..., 2015c).

O inverno amazônico de 2016 teve um regime de chuvas inferior à média e não causou alagações em Rio Branco, interrompendo uma sequência que vinha desde 2009 com inundações de média, grande ou extraordinária magnitude.

O Governo do Estado do Acre, por sua vez, não teve calma. A deflagração da “Operação Lares”, da Polícia Civil, investigou um esquema de venda de casas populares por funcionários ligados à Sehab. A primeira fase da Operação Lares foi deflagrada no dia 1 de fevereiro de 2016 pela Polícia Civil e Ministério Público do Acre. A denúncia apontou que mais de 30 pessoas repassaram valores entre R\$ 5 mil a R\$ 30 mil aos corretores, que prometiam a facilitação da entrega das casas populares. Ainda segundo a investigação, uma funcionária da Sehab facilitava a manipulação do sistema, que movimentou quase meio milhão de reais, segundo informou a polícia.

Com as galerias lotadas de servidores da Sehab e de pessoas levadas ao local por políticos de oposição, os deputados estaduais realizaram na manhã desta quinta-feira (31), uma sabatina com o secretário de habitação Jamyl Asfury, para ele prestar esclarecimentos sobre o inquérito policial que apura um esquema de fraude na entrega de casas populares que movimentou R\$ 500 mil nos últimos anos de forma ilegal. A denúncia foi feita pela própria Secretaria de Habitação e envolveria servidores da pasta. Asfury reafirmou que o esquema criminoso é anterior a sua gestão [...] Segundo Asfury, “existe uma cultura de venda ilegal de casas [no Acre], mas estamos combatendo esta prática. Pessoas que recebem a casa e não estariam cumprindo as regras contratuais da carência que vai de cinco a dez anos, vendendo as unidades assim que recebem as chaves. A maior parte da venda de casas é de pessoas que receberam atentados de morte, sendo obrigadas a permutar a casa. Estas pessoas não tiveram o dolo de vender a casa, mas apenas tentaram garantir a vida”, justifica o secretário (SECRETÁRIO..., 2016).

O Deputado Gehlen Diniz, com o objetivo de ouvir funcionários e pessoas que haviam sido presas por envolvimento no caso, propôs a instauração de uma CPI para identificar os "mandantes" da fraude e venda de casas populares. . Na ocasião, 15 deputados da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) rejeitaram a proposta de instaurar a CPI, derrubando os 8 votos favoráveis. Dois meses depois, três deputados – incluindo Diniz –, entraram na Justiça com um mandado de segurança e pedido de liminar. A Justiça do Acre negou o pedido de liminar, em setembro de 2016.

E se não choveu muito no inverno, faltou água no verão. A cidade viveu o risco de desabastecimento de água, e o Governador Tião Viana decretou Situação de Emergência. Contudo, as previsões de desabastecimento não se concretizaram.

O governador do Acre, Tião Viana, assinou um decreto de situação de emergência no último dia 7 deste mês por causa da seca do Rio Acre em Rio Branco. O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) e também dizia respeito a outras cidades acreanas, que também sofrem com a estiagem. Uma das maiores preocupações é referente ao abastecimento de água na capital, realizado por meio do rio. O Departamento de Pavimentação e Saneamento (DEPASA) informou que a produção de água já está 20% a menos, devido à mudança na captação, agora realizada por meio de bombas flutuantes (COM..., 2016).

Como fato político relevante do segundo semestre de 2016, ocorreram as eleições municipais. Com alta popularidade, o Prefeito Marcus Alexandre foi reeleito Prefeito de Rio Branco. Mais de 60% da população considerava sua gestão boa ou ótima (MARCUS..., 2016).

Marcus Alexandre (PT) foi reeleito, neste domingo (2), prefeito de Rio Branco para os próximos quatro anos. Com 100% das urnas apuradas, Alexandre teve 104.311 votos, o que corresponde a 54,87% dos votos válidos para a disputa, contra 60.871

¹⁷ A Prefeitura de Rio Branco divide a cidade em dez áreas urbanas e cinco rurais, denominadas regionais. Cada regional possui peculiaridades, já que foram definidas com base em fatores socioeconômicos, compreendendo bairros e conjuntos com características semelhantes (RIO BRANCO, 2014).

de Eliane Sinhasique – 30,02%. Alexandre tem como vice Socorro Neri (PSB) (MARCUS..., 2016b).

No final do ano, o Município publicou a revisão do Plano Diretor (Lei Municipal nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016) com a alteração de seu zoneamento em função da cota de alagação de 18,40m (dezoito metros e quarenta centímetros), prevendo a área atingida como “Zona de Vulnerabilidade Ambiental” e tendo como um de seus objetivos promover a requalificação ambiental dos fundos de vale e área inundáveis. O Prefeito Marcus Alexandre sancionou a Lei na primeira semana de janeiro de 2017.

A cerimônia foi bastante prestigiada e contou com a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Pastor Manuel Marcos; do líder do prefeito na Câmara, Eduardo Farias; e dos também vereadores Rodrigo Forneck, Elzinha Mendonça, Emerson Jarude, Raimundo Neném, Mamed Dankar e Juruna; além do secretário municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana, Ricardo Araújo, órgão que coordenou a revisão do Plano; do coordenador-geral da revisão, Márcio Oliveira; dos representantes da Federação do Comércio do Estado do Acre (FECOMÉRCIO), Noel Ramalho; da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), Fátima Almeida; do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Carminda Pinheiro; da União das Associações de Moradores de Rio Branco (UMARB), Gilson Albuquerque; da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Ailton Castro; do Conselho Regional de Corretores Imobiliários (CRECI), Márcio Santos; do Ministério Público Estadual, Luciano Carvalho; do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Acre (SINDUSCON), Carlos Afonso; e do pastor Afonso Geber, representante do movimento ecumênico do Acre (MARCUS..., 2017).

Para essa análise, o novo Plano Diretor foi considerado como o termo do período, uma vez que foi elaborado tendo em vista as consequências da alagação de 2015. Entretanto, não é possível constatar que tenha alterado a configuração das ações de enfrentamento da alagação em Rio Branco.

4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOCIAL NA ALAGAÇÃO DE 2015 EM RIO BRANCO

O objetivo deste capítulo é a análise dos fatos apresentados na seção anterior à luz do referencial teórico de Carlos Matus. Conforme mencionado no Capítulo 1, esse esforço tem como objetivo compreender a complexidade da realidade em três planos: dos fluxos, das acumulações e das regras. Partindo de uma apreciação fenomênica, reconhecimento das capacidades de poder e as estruturas econômicas, jurídicas, políticas e ideológicas que condicionam suas produções de resultados, a teoria matusiana tem como uma de suas qualidades servir como um apoio para a compreensão da realidade social e não um molde determinístico.

Sob uma advertência do próprio Matus, é preciso esclarecer que toda explicação da realidade é carregada da subjetividade de quem a declara, com os seus valores, ideologias e interesses (HUERTAS, 1996). Assim, a explicação é situacional e do ponto de vista do ator, que explica o que vive e o que sente. Parte da investigação da própria vida quotidiana, com seus próprios objetivos no jogo e condicionado por sua prática (MATUS, 2005).

A produção será identificada a partir das seguintes categorias: as regras, os atores, os fatos e as acumulações. “O jogo social é a arena onde ocorre a prática política e se exerce o governo” (MATUS, 2005, p. 56).

4.1. AS REGRAS BÁSICAS E IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS QUE PRODUZIRAM FATOS SOCIAIS NA ALAGAÇÃO DE 2015

Desde o final dos anos 1980, em Rio Branco, o problema da alagação é enfrentado pelas três esferas de governo com políticas públicas de produção de habitação social e socorro aos desabrigados nos episódios críticos, posto que a prevenção dos desastres chamados naturais esteja relacionada a políticas de preservação ambiental e planejamento urbano.

Se por uma perspectiva o momento da alagação é de coerência entre os atores sociais, e que acumula capital político aos grupos que estão no poder, o que acontece entre um desastre e outro é marcado pelas contradições dos interesses. De um lado estão aqueles mais afetados pela alagação, de outro está a incorporação imobiliária, o capital financeiro,

empresas de construção e proprietários de terra que frequentemente influenciam as decisões sobre a regulação e intervenções do Poder Público que valorizam a terra.

O ano de 2015 foi emblemático, pois a cidade viveu a pior alagação registrada, exigindo ações de cooperação entre Prefeitura de Rio Branco, Governo do Estado do Acre e União, além de outras organizações, para prestarem socorro aos atingidos. Lançar luz sobre quem são esses atores e suas ações durante aquele período evidencia a repetição de práticas que confirmam a lógica do desastre.

Conforme o referencial teórico adotado, não foram considerados como atores sociais grupos humanos como os empresários, os governantes, os "alagados", os cidadãos, as classes e estratificações sociais. Foram considerados atores sociais os dirigentes de instituições ou organizações de qualquer natureza, associações de classe, organizações religiosas, entidade de assistência social etc., por terem capacidade de ação e peso coletivo.

Essa definição é importante porque permite distinguir a *necessidade* e a *demand*a política. A necessidade só se transforma em demanda se estiver respaldada por uma organização que detenha algum poder. Esse conceito de ator destaca o líder do coletivo social ao realçar suas diferenças.

No estudo de um ator, é necessário destacar seus valores e afinidades; intenções e motivações; capacidade e habilidade na manipulação de seus próprios recursos; estilo de ação; e a força que é a capacidade de ação e o seu histórico de jogadas.

Durante os episódios de cheias do Rio Acre, a organização do socorro aos desabrigados foi historicamente organizada pelos órgãos de Defesa Civil e Assistência Social do Governo do Estado do Acre e Município de Rio Branco. Outros atores se envolveram nas ações à medida que as capacidades de atendimento se tornavam insuficientes. A seguir, então, apresenta-se o elenco de atores sociais interessados no enfrentamento da alagação em Rio Branco no ano de 2015.

O protagonismo das ações de enfrentamento da alagação pela **Prefeitura Municipal de Rio Branco** advém de sua competência constitucional prevista no art. 30, inciso VIII, para a promoção do adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Ademais, a Lei Federal nº 12,608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevê as seguintes competências no âmbito municipal:

Art. 8º Compete aos Municípios:
I - executar a PNPDEC em âmbito local;

- II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
- XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Nos eventos de 2015, a PMRB foi representada pelo Prefeito Marcus Alexandre. Ele coordenou as ações de socorro aos desabrigados, que demandou a organização das equipes de resgate, construção e instalação dos abrigos, fornecimento de refeições a todas as famílias enquanto permaneceram nos abrigos, promoção de intervenções no sistema de transporte público e trânsito para a garantia da mobilidade urbana; recebimento das doações arrecadas pelas entidades de ação social e repasse aos desabrigados. O Prefeito tem um estilo pessoal de participar ativamente das ações “na rua” como é possível perceber pelos registros fotográficos coletados. Como dito pela Presidente Dilma, a “estrutura mais humana de abrigo” foi a do caso em questão. Isso foi uma demonstração de que a PMRB construiu ao longo das experiências anteriores de alagação uma expertise nas ações de resposta no momento crítico do evento.

O **Governo do Estado do Acre** enfrentou as alagações e auxiliou as prefeituras nos municípios de Brasiléia, Xapuri, Epitaciolândia, Sena Madureira, Tarauacá, Assis Brasil, Capixaba, Porto Acre e Rio Branco. Na situação em análise, como detentor de mais recursos financeiros, disponibilizou estrutura física, pessoal e organizacional para a Prefeitura de Rio Branco. Controlou a comunicação das informações sobre o nível do Rio Acre disponibilizadas por meio do Boletim da Alagação, recurso crítico, até então. Além disso, intermediou

algumas das transferências de recursos do Governo Federal e foi condutor do Programa de Habitação Cidade do Povo, que teve como um dos principais objetivos retirar pessoas que moravam em áreas dentro da cota de alagação em Rio Branco.

O **Tribunal de Justiça do Estado do Acre** (TJAC), como representação do Poder Judiciário, teve participação nas ações de socorro aos desabrigados ao contribuir nas arrecadações de doações, disponibilização de servidores para atuarem nos abrigos e instalação de Juizado Especial para solução de conflitos entre a comunidade provisoriamente instalada. Por meio da análise da bibliografia consultada¹⁸, vê-se que não há menção de uma participação tão evidente nos episódios de anos anteriores. A participação da Presidente do TJAC em diversas solenidades e reuniões do gabinete de crise (visita do Ministro da Integração Nacional, inspeção de abrigos...) demonstra uma crescente participação do Poder Judiciário em fatos alheios a sua função típica de jurisdição.

No que se refere ao **Ministério Público do Estado do Acre** (MPAC), sua atuação se deu por seus representantes: Procurador Geral de Justiça, Oswaldo d'Albuquerque, e também pelo Grupo Especial de Apoio e Atuação para Prevenção e Resposta a Situações de Emergência ou Estado de Calamidade devido à ocorrência de Desastres (GPRD), que participou como um ator social interessado no enfrentamento da alagação, seja no apoio à arrecadação de doações, seja na presença institucional no cotidiano dos abrigos e apoio à Prefeitura de Rio Branco e Governo do Estado em suas ações nos momentos críticos. Entretanto, tanto no momento de licenciamento do empreendimento Cidade do Povo, quanto na análise de fatos posteriores à alagação de 2015, quando houve o desenrolar da operação Lares, o Ministério Público atuou como antagonista a interesses do Governo do Estado do Acre.

O Governo Federal, representado pelo **Ministério da Integração Nacional**, também apoiou as ações coordenadas pela PMRB e Governo do Estado com a liberação de recursos, envio de kits de higiene para os desabrigados e também com o PMCMV, que possibilitou a entrega de unidades habitacionais para vítimas da enchente que já aguardavam serem contempladas no programa social.

As entidades representativas dos empresários, como **Fecomércio** e **Acisa** aparecem em momentos de reivindicação de providências por parte do Governo do Estado do Acre, da Prefeitura e até do Governo Federal para assegurar abertura de linhas de crédito facilitadas aos empresários; suporte para empresários atingidos pela alagação e participação na definição

¹⁸ A bibliografia sobre alagações em Rio Branco consultada foi Lima (1998), Santos (2006), Santos (2012), Oliveira (2012), Domingos (2015) e Alves (2017).

das regras urbanísticas, como apontado na Audiência Pública que inaugurou os trabalhos de revisão do Plano Diretor realizada em fevereiro de 2015. Capazes de jogadas de ação e fala, a alagação, em si, ora é apresentada como problema, ora como fundamento para benefícios, como no caso das linhas de crédito. No final do período crítico da alagação, uma pesquisa informou que a maioria dos empresários atingidos pela alagação não pretendiam se mudar, pois o lucro obtido em áreas mais centrais compensava os prejuízos da elevação do rio.

As **entidades religiosas** também foram ativas na arrecadação de doações aos desabrigados. No *clipping* realizado, foi encontrada nominalmente a Diocese de Rio Branco, a Igreja Batista do Bosque, as Igrejas Batistas ligadas à Convenção Batista Brasileira, a Igreja Universal, a Igreja Presbiteriana... Embora não tenha sido possível identificar que tivessem uma organização ou associação que as reunissem, não há que se desprezar a capacidade de produção de jogadas e o controle de um recurso crítico do jogo, como a mobilização social.

Por fim, a **Câmara de Vereadores de Rio Branco** e a **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, assim como outros atores já identificados, realizaram ações de arrecadação de doações aos desabrigados. Em síntese, são atores com controle de um recurso importante: a força política. Mais interessados no jogo político da produção social, não estão indiferentes aos fatos sociais produzidos em um momento crítico.

4.2. RECURSOS DE PODER UTILIZADOS PELOS ATORES SOCIAIS

As ações de enfrentamento da alagação de 2015 em Rio Branco empreendidas pelos atores sociais identificados revelam os recursos de poder por eles utilizados. Essa análise evidencia as acumulações de cada um deles e a força aplicada. Conforme o referencial teórico, as jogadas podem se acumular em forma de relações de poder, força, acervo cognitivo, econômico e relações de habilidade organizacional entre os jogadores.

A capacidade de produção social de cada ator é condicionada pela sua motivação e os recursos dos quais dispõe para realizar jogadas. Nesse sentido, Matus (2005) enumera os recursos de poder de um ator: poder econômico; poder político; recursos legais; capacidade organizacional; acervo de valores; acervo de conhecimento.

Cabe lembrar que Matus compreende a produção social como um circuito em que todas as jogadas dos atores sociais implicam a utilização de diferentes recursos que

reverterão, positiva ou negativamente, sobre as acumulações existentes, sempre dentro do espaço delimitado pelas regras vigentes.

A **Prefeitura de Rio Branco** e o **Estado do Acre** compartilharam seus recursos econômicos, políticos, organizacionais e acervo de valores e conhecimentos para realizar as ações de resposta no momento crítico da alagação. Entretanto, é evidente que não controlavam todas as variáveis necessárias. A reiterada ocorrência dos episódios de alagação demonstra a insuficiência no ataque às suas causas e que a expertise na organização dos abrigos indica a insuficiência do enfrentamento às reais causas do problema. Entretanto, há uma evidente acumulação de capital político que ocorre nos períodos críticos. Como prova, o Prefeito Marcus Alexandre se reelegeu com ampla vantagem no pleito das eleições municipais do ano seguinte.

O Governo Federal, representado pelo **Ministério da Integração Nacional**, fez o maior aporte de valores econômicos. Entretanto, suas ações também estavam direcionadas às respostas do momento crítico do desastre e pouco para a transformação da realidade; afinal, na verdade, reforçam os processos sociais constitutivos do desastre.

O **TJAC** e o **MPAC** utilizaram seus recursos políticos, legais e organizacionais para apoiarem as ações da PMRB e Estado do Acre, atuação a qual projeta as imagens que têm se repetido das instituições no que tange à acumulação de recursos políticos para seus propósitos no grande jogo político da produção social.

A **Fecomércio** e **Acisa** utilizam seus recursos políticos e organizacionais para pautar o Poder Público com as demandas dos empresários. As **entidades religiosas, CMRB e Aleac** que contribuíram com a arrecadação de doações aos desabrigadas utilizaram seus recursos organizacionais para mobilizar a sociedade civil.

Nesse sentido, segue um quadro síntese dos recursos de poder utilizados no jogo social (Quadro 1).

Quadro 1 – Resumo dos recursos de poder utilizados no jogo social

Ator Social	Recursos de Poder					
	Econômicos	Políticos	Legais	Organizacionais	Acervo de Valores	Acervo de Conhecimentos
PMRB	X	X	X	x	x	x
AC	X	X	X	x	x	x
TJAC		X	X	x	x	x
MPAC		X	X	x	x	x
Integração Nacional	X	X	X	x	x	x
Fecomércio e Acisa		X		x	x	
Entidades Religiosas				x	x	x
CMRB		X	X	x		
Aleac		X	X	x		

Fonte: elaborado pela autora.

4.3. MOTIVAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

As motivações dos atores sociais são manifestas mediante o apoio ou oposição a determinado fato social e o posicionamento no jogo. A motivação é definida na TPS como a convergência do interesse e do valor que um ator atribui a uma operação (MATUS, 1996).

A posição revela um interesse por cada jogada, que foi classificado, conforme mostrado no capítulo 1, em três possibilidades:

- (+) apoio – se há convergência de interesses e relações de cooperação em relação ao ator que realizou a jogada;
- (-) rejeição – se a jogada representa um custo para o ator, se há conflito com os jogadores que apoiam e cooperação com os que rejeitam;
- (0) indiferença – quando não há participação na decisão.

Entretanto, estas posições podem ser transparentes ou mascaradas, pois mascarar sua posição pode ser um recurso do jogo. Além disso, o valor se refere à importância que o ator confere, tendo em vista os objetivos que persegue: muito alto (MA); alto (A); médio (M); baixo (B); e muito baixo (MB).

Foram selecionados os fatos sociais em que houve disputa de recursos com posições antagônicas entre os atores sociais ou demonstrem situações de cooperação relevantes. Dessa maneira, foi feita a análise das posições de cada ator por meio de quadros explicativos.

4.3.1. Ação Civil Pública da Cidade do Povo

O Ministério Público ajuizou duas Ações Cíveis Públicas contra o Estado do Acre e o Município de Rio Branco com o objetivo de impedir o prosseguimento do empreendimento da Cidade do Povo. O cerne da ação foi a vulnerabilidade ambiental da área, tanto pela presença de cursos d'água quanto por estar sob parte do aquífero Rio Branco, não estando suficientemente claros os impactos do adensamento populacional na área, publicados pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, aprovados pelo órgão licenciador ambiental do estado e também com as licenças urbanísticas aprovadas pela Prefeitura de Rio Branco.

O Governo do Estado do Acre e a PMRB figuraram no polo passivo das ações e agiram em cooperação na defesa do empreendimento. O Tribunal de Justiça, por meio das decisões da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública, negou seguimento às ações sob o argumento do caráter social do empreendimento que daria moradia digna a mais de dez mil famílias, beneficiando diretamente mais de sessenta mil pessoas (Quadro 2).

Quadro 2 – Motivação dos atores em relação a ACP da Cidade do Povo

Ator Social	Motivação		
	Interesse	Grau de Interesse	Valor
PMRB	(-) rejeição	Aberto	Muito alto
AC	(-) rejeição	Aberto	Muito alto
TJAC	(-) rejeição	Aberto	Muito alto
MPAC	(+) apoio	Aberto	Muito alto

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2. Preparação para a alagação e fechamento da BR 364

No dia 8 de janeiro foi realizada reunião para elaboração do Plano Estadual de Contingência com a participação da PMRB, Governo do Estado do Acre, representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), representantes dos empresários e das instituições financeiras. Cada um dos atores se posicionou quanto às possíveis medidas para um segundo episódio de fechamento da BR 364. Os maiores interessados nas “medidas preventivas”, conforme as falas registradas na imprensa, são os atores Fecomércio e Acisa, que buscam a liberação de linhas de crédito facilitadas e retomada de ações para restabelecimento de relações comerciais com o Peru. Os atores Prefeitura e Governo do Acre tanto apoiaram estas demandas como abriram espaços de fala para os empresários (Quadro 3).

Quadro 3 – Motivação dos atores em relação à preparação para a alagação e fechamento da BR

Ator Social	Motivação		
	Interesse	Grau de Interesse	Valor
PMRB	(+) apoio	Aberto	Muito alto
AC	(+) apoio	Aberto	Muito alto
Integração Nacional	(+) apoio	Aberto	Alto
Fecomércio e Acisa	(+) apoio	Aberto	Muito Alto

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.3. CPI na Aleac sobre a Operação Lares

O Governo do Estado do Acre teve que defender sua posição no momento em que a Polícia Civil e o Ministério Público revelaram ações criminosas na venda de casas populares. Uma vez que o empreendimento habitacional Cidade do Povo foi uma das principais ações de governo, resistiram a uma ação dos Deputados Estaduais de oposição que propuseram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de atacar e enfraquecer o capital político do Governador Tião Viana. O TJAC defendeu essa posição ao negar o pedido de liminar dos Deputados para a imediata instalação (Quadro 4).

Quadro 4 – Motivação dos atores em relação à CPI sobre a Operação Lares

Ator Social	Motivação		
	Interesse	Grau de Interesse	Valor
AC	(-) rejeição	Aberto	Muito alto
TJAC	(+) apoio	Aberto	Muito alto
MPAC	(+) apoio	Aberto	Muito alto
Aleac	(+) rejeição	Aberto	Muito Alto

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.4. Aprovação da Revisão do Plano Diretor

A Prefeitura de Rio Branco realizou processo de revisão do Plano Diretor durante os anos de 2015 e 2016, em dezembro, e conseguiu aprová-lo na Câmara de Vereadores de Rio Branco. Durante a audiência pública, o MPAC fez ressalva quanto à recepção dos condomínios fechados que além de criarem ilhas urbanas não tinham os impactos ambientais e de mobilidade urbana devidamente dimensionados e também quanto à possibilidade de regularização de edificações em áreas de preservação permanente. As entidades religiosas manifestaram insatisfação quanto às exigências edilícias para os templos, em especial ao número de vagas de estacionamento mínimo, mas foram derrotados nas votações da audiência. Remetido à CMRB, o Plano foi aprovado sem ressalvas (Quadro 5).

Quadro 5 – Motivação dos atores em relação à aprovação do Plano Diretor

Ator Social	Motivação		
	Interesse	Grau de Interesse	Valor
PMRB	(+) apoio	Aberto	Muito Alto
AC	(+) apoio	Aberto	Muito alto
MPAC	(+) apoio	Aberto	Muito alto
Fecomércio e Acisa	(+) apoio	Aberto	Alto
Entidades Religiosas	(-) rejeição	Aberto	Alto
CMRB	(+) apoio	Aberto	Alto

Fonte: elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de identificar a produção social realizada pelos atores interessados nas ações de enfrentamento da alagação de 2015 em Rio Branco. Embora a presente análise não tenha atingido plenamente os objetivos propostos no projeto de pesquisa, destaca-se pela utilização de um referencial inédito para o tema. Quanto a isso, depois de mais de um ano de reflexão sobre o referencial teórico, chega-se a compreensão de que a Teoria da Produção Social faz sentido em situações de poder compartilhado. Por mais que a pesquisa bibliográfica sobre as alagações em Rio Branco e as análises iniciais indicassem que haveria situações de conflito entre os atores interessados, ao final, não foi o que se consubstanciou de maneira evidente do material analisado.

O problema da alagação em Rio Branco tem se repetido e agravado ao longo dos anos e já faz parte da paisagem social. A ineficácia das ações de governo levou o cidadão ao descrédito pelas políticas públicas e desistência quanto à busca de soluções e novos modos de produção do espaço que possibilitem uma convivência harmônica com o Rio Acre. Essa incapacidade é sofrida por quem mais precisa da ação estatal para que diminua as desigualdades. E a solução não virá apenas da realidade local; a questão está diretamente ligada à crise urbana nacional.

Nenhum jogo resolve seus problemas sem a intervenção humana, sem algum acordo coletivo. O governo é produto do acordo que estrutura a *intencionalidade coletiva* que representa um grupo de atores. Há, portanto, vários tipos de governos, tanto em cada jogo como nos diversos jogos componentes do grande jogo social. No jogo político, existem *vários tipos de governos*, que constituem as cabeças do grande jogo social. Há governo das forças políticas, dos grupos de pressão, das organizações sindicais e de uma grande variedade de organizações sindicais e de uma grande variedade de organizações que realizam, pelo menos em parte, uma atividade política. Há também governos regionais, locais e comunitários. Entre esses governos não há relações hierárquicas. Trata-se de um jogo, e entre jogadores de diferente peso não há relações de obediência. No entanto, podemos falar de *Governo*, com inicial maiúscula, quando nos referimos ao governo de um país, pois é o governo dos governos, mesmo que não tenha comando sobre os diversos governos participantes do jogo social (MATUS, 2005, p. 449).

No período pesquisado, não foi encontrado nenhum ator social fora do Poder Público que contestasse as forças políticas governantes em suas ações e medidas quanto aos problemas causados pela cheia do Rio Acre. Não foram encontradas nenhuma associação de moradores, sem teto, ambientalistas ou até mesmo de políticos de oposição com capacidade de ação e peso coletivo que pudesse transformar as necessidades dos prejudicados pela

alagação em demandas. A ausência destes atores é uma produção do campo, devido à falta de respaldo por uma organização que detivesse algum poder. A hegemonia do Partido dos Trabalhadores no Governo do Estado e PMRB nos últimos vinte anos possibilitou a criação de estruturas institucionais que abrigaram lideranças comunitárias e enfraqueceram os movimentos sociais.

Conforme o referencial matusiano, o poder é a categoria central de análise; não de forma abstrata, mas em situações concretas: “o conceito prático de poder é inseparável da situação concreta e do jogo concreto” (MATUS, 1996, p. 121). Este só poderia ser analisado como uma relação social que precisa ter como referência outras forças sociais: o valor do poder de um ator social está sempre referido à confrontação real com outros atores em torno de problemas específicos. O poder é produto de uma acumulação social: o poder deriva das relações estruturais que são o resultado dos processos de acumulação social. Pode ser ampliado ou desacumulado no processo de acumulação (de fatos específicos), nos casos de omissão em face dos fatos produzidos pelos outros ou de rejeição ou apoio explícito aos mesmos. A metáfora do jogo social em que este é tomado como “o ponto de encontro da medição de forças dos jogadores, em sua competição para conduzir e dominar” (MATUS, 2005, p. 447) só faz sentido quando demonstrada a disputa de interesses divergentes. Desse modo, os atores que controlam as acumulações “dominam o jogo pois condicionam os fluxos e as regras funcionais ao processo de ampliação das acumulações que lhes são benéficas” (MATUS, 2005, p. 452).

A ausência de atores sociais que declarem a possibilidade de mudança também está essencialmente na perpetuação do problema da alagação. A inércia cultural da maioria da população dificulta a alteração das regras do jogo vigentes (HUERTAS, 1996). Nesta compreensão, como explicar não terem sido encontrados atores que disputassem o poder nas ações de enfrentamento da alagação? As regras é que definem quem são os atores. Ao longo da história da cidade, os atores que representavam interesses da população de mais baixa renda desacumularam força sistematicamente. Se nos anos 1980 vários bairros surgiram de ocupações resistidas e com fortes lideranças comunitárias, em 2015, mesmo em pesquisa aos jornais impressos, portais jornalísticos locais, atas da Câmara Municipal e Assembleia Legislativa não foi encontrado uma fala de alguém *que tivesse recursos de produção* social em contraposição às ações do Prefeito, Governador e Governo Federal. Isso é importante registrar, pois “nem sempre o ator que dá valor a um problema tem governabilidade sobre o mesmo” (MATUS, 2005, p. 449). Por isso foram desprezadas críticas aleatórias encontradas nas redes sociais, por indivíduos que não estivessem legitimados como representantes de

alguma organização coletiva ou pudessem ser caracterizados como personalidade forte estável no sistema.

A atual condução do jogo não demonstra estar baseada em um acordo coletivo de justiça social e sim em ações que, ao invés de caminharem para a solução do problema de bairros inteiros submersos em tempos de cheias do Rio Acre, perpetuam e reforçam a atual segregação espacial às populações mais carentes. Os ganhos políticos das ações de socorro e assistencialismo é conseguido às custas de uma ineficácia das políticas públicas de acesso à terra urbanizada. Não se espera que haja uma solução completa e definitiva. O próprio referencial já esclarece que “todo intercâmbio de problema é conflituoso, porque implica juízos de valor diferenciados sobre os problemas intensificados ou mitigados” (MATUS, 2005, p. 452).

Dito isso, é possível estabelecer algumas contribuições do presente trabalho para a compreensão da atual realidade nas ações de enfrentamento da alagação em Rio Branco:

1. contextualizou o tema das alagações em uma abordagem desmistificadora quanto aos processos sociais constitutivos, em oposição às análises que consideram “um fenômeno natural” e decorrente apenas de mudanças climáticas;
2. descreveu, ainda que apenas como análise situacional, as ações sociais realizadas no período crítico da alagação de 2015;
3. identificou os atuais atores participantes do jogo social;
4. identificou os recursos de poder utilizados pelos atores sociais;
5. evidenciou a ação de atores sociais representativos de empresários que utilizam o momento do desastre para enunciar suas demandas de facilitação de linhas de crédito; e
6. evidenciou a ausência de atores sociais com capacidade de ação e peso coletivo que pudessem transformar as necessidades dos prejudicados pela alagação em demandas.

Cabe registrar ainda que, contrariando as previsões de aumento da recorrência de eventos climáticos extremos, nos anos de 2016, 2017 e 2018 não aconteceram outros episódios de alagação de grande magnitude em Rio Branco. No final do ano de 2016, o Município publicou a revisão do Plano Diretor (Lei Municipal nº 2.222, de 26 de dezembro de 2016) com a alteração de seu zoneamento em função da cota de alagação de 18,40m (dezoito metros e quarenta centímetros), prevendo a área atingida como “Zona de Vulnerabilidade Ambiental” e tendo como um de seus objetivos promover a requalificação ambiental dos fundos de vale e área inundáveis.

No que se refere à utilização do referencial teórico da Teoria da Produção Social para compreender os fenômenos sociais que decorrem da alagação em Rio Branco, aponta-se aqui para a necessidade de se investigar os níveis de realidade das regras que restringem a atuação dos atores sociais e as possibilidades de reforma e revolução do jogo social, o que fica como indicativo para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

4ª PONTE e Centro de Rio Branco são interditados por causa da cheia. **G1**, Rio Branco, 4 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/4-ponte-e-centro-de-rio-branco-sao-interditados-por-causa-da-cheia.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ABRIGO no Acre vira "minicidade" com juizado, posto de saúde e até cinema. **UOL**, Rio Branco, 8 mar. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/08/abrigo-no-acre-vira-minicidade-com-juizado-posto-de-saude-e-ate-cinema.htm>. Acesso em 20 fev. 2018.

ACRE. Decreto nº 1.430, de 28 de fevereiro de 2015. Declara Estado de Calamidade Pública nos Municípios de Brasiléia, Xapuri e Rio Branco, afetados por inundação, e dá outras providências. *In*: Diário Oficial do Estado, Rio Branco, nº 11,506, p. 4, 2 mar. 2015.

ACRE. **Relatório de Avaliação de Danos e Prejuízos na Área Rural da Enchente de 2015 no Acre produzido pelo Governo do Estado do Acre**. Rio Branco, 2015. Disponível em http://iquiri.cpfac.embrapa.br/upload_files/relatorio_danos_prejuizos_enchente_de_2015_1.pdf. Acesso em: 15 de mai. 2017.

ACRE decreta calamidade pública por causa de cheia do Rio Madeira. **G1** Rio Branco, 7 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/acre-decreta-calamidade-publica-por-causa-de-cheia-do-madeira.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

AÇÃO social nos abrigos públicos é serviço essencial para diminuir sofrimentos das famílias atingidas pela alagação. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 20 mar. 2015. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8873-a&>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ACISA garante que empresários estão preparados para possível enchente do rio Madeira. **AC 24horas**, Rio Branco, 30 jan. 2015. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/01/30/estamos-preparados-diz-jurilande-aragao-sobre-transbordo-do-madeira/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ÁGUA inunda entrada do Terminal Urbano e atividades são paralisadas. **G1**, Rio Branco, 04 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/agua-inunda-entrada-do-terminal-urbano-de-rio-branco.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. **A dinâmica das águas e das gentes: história, políticas públicas e percepção de riscos no Acre**. Orientador: Léo Heller. 2015. 238 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ALVES FILHO, Ailton Pinto; RIBEIRO, Helena. A percepção do caos urbano, as enchentes e as suas repercussões nas políticas públicas da Região Metropolitana de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 13, p. 145-161, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7500>. Acesso em: 8 jul. 2017.

ALVES, Josélia da Silva. **Quando a rua vira rio: vulnerabilidade socioambiental urbana**. Curitiba: Appris, 2017, 233p, ISBN 978-85-473-0373-0.

APÓS Câmara ser atingida por cheia, vereadores se mudam para a ALEAC. **G1**, Rio Branco, 12 mar. 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/apos-camara-ser-atingida-por-cheia-vereadores-se-mudam-para-aleac.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

APÓS manter nível por 2 horas, Rio Acre volta a subir em Rio Branco. **G1**, Rio Branco, 2 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/apos-manter-nivel-por-2-horas-rio-acre-volta-subir-em-rio-branco.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

APÓS fim da enchente, 33 imóveis são condenados em Rio Branco. **AC24horas**, Rio Branco, 4 abr. 2015c. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/04/08/apos-fim-da-enchente-33-imoveis-sao-condenados-em-rio-branco/>. Acesso em: 12 set. 2018.

ASSESSORIA da Juventude promove atividades recreativas em abrigo. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/assessoria-da-juventude-promove-atividades-recreativas-em-abrigo/>. Acesso em: 19 jan. 2018

ASSIS, Lima. Quadra é usada como abrigo na cheia do rio AC e Circuito de Tênis é adiado. **G1**, Rio Branco, mar. 2015. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/ac/noticia/2015/03/quadra-e-usada-como-abrigo-na-cheia-do-rio-ac-e-circuito-de-tenis-e-adiado.html>. Acesso em: 12 set. 2018.

ASSIS, Lima. Rio Acre não para de subir e cheia já é a maior catástrofe do século na Amazônia. **G1**, Rio Branco, 3 mar. 2015b. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8749-rio-acre-n%C3%A3o-para-de-subir-e-cheia-j%C3%A1-%C3%A9-a-maior-cat%C3%A1strofe-do-s%C3%A9culo-na-amaz%C3%B4nia.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

AVILA, Luciele Oliveira de. **Vulnerabilidade das áreas sob ameaça de desastres naturais na cidade de Santa Maria/RS**. Orientador: Luís Eduardo de Souza Robaina. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOLETIM 23/02. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 23 fev. 2015a. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-2302/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BOLETIM Alagação – 25/02/2015 – Noite. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 25 fev. 2015b. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-alagacao-25022015-noite/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BOLETIM 28/02/2015 – Noite. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 28 fev. 2015c. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-28022015-noite/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BOLETIM 01/03/2015 – Manhã. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 01 mar. 2015d. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-01032015-manha/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BOLETIM 03/03/2015 – Noite. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 3 mar. 2015e. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-03032015-noite/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BOLETIM 04/03/2015 – Noite. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 4 mar. 2015f. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-04032015-noite/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BOLETIM 06/03/2015 – Noite. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 6 mar. 2015g. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-06032015-noite/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CAMPANHA SOS Acre ganha apoio de artistas; saiba como ajudar. **G1**, Rio Branco, 2 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/campanha-sos-acre-ganha-apoio-de-artistas-saiba-como-ajudar.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO, 2010. In: **IBGE**. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/sintese-de-indicadores>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CERIMÔNIA de entrega de 967 unidades habitacionais, dos residenciais Cidade do Povo, Rui Lino, Abunã e Cabreúva, do Programa Minha Casa Minha Vida. **Planalto**, Brasília, 11 mar. 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens/cerimonia-de-entrega-de-967-unidades-habitacionais-dos-residenciais-cidade-do-povo-rui-lino-abuna-e-cabreuva-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 8 jul. 2017.

CHEIA já começa a causar graves prejuízos à agricultura de Rio Branco e SAFRA age intensamente para apoiar ribeirinhos. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 25 fev. 2015. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8696-cheia-j%C3%A1-come%C3%A7a-a-causar-graves-preju%C3%ADzos-%C3%A0-agricultura-de-rio-branco-e-safra-age-intensamente-para-apoiar-ribeirinhos.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHEIA comprometeu 73% do comércio varejista na capital, aponta pesquisa. **G1**, Rio Branco, 26 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/cheia-comprometeu-73-do-comercio-varejista-na-capital-aponta-pesquisa.html>. Acesso em 19 jun. 2018.

CIDADE do Povo chega a 15 mil moradores com entrega de novas casas. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 24 ago. 2017. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/cidade-do-povo-chega-a-15-mil-moradores-com-entrega-de-novas-casas/>. Acesso em: 3 jul. 2018.

COM pior enchente da história, Brasília, AC, decreta calamidade. **G1**, Rio Branco, 23 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/com-pior-enchente-da-historia-brasileia-decreta-calamidade.html>. Acesso em: 21 fev. 2018.

COM seca, Rio Acre está a 5 cm de atingir nível histórico em Rio Branco. **G1**, Rio Branco, 25 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/07/com-seca-rio-acre-esta-5-cm-de-atingir-nivel-historico-em-rio-branco.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

DELGADO, Fagner. Prefeitura de Rio Branco prepara estrutura do Parque de Exposições para receber famílias atingidas pela cheia do rio Acre. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 26 jan. 2015. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8504-prefeitura-de-rio-branco-prepara-estrutura-do-parque-de>

exposi%C3%A7%C3%B5es-para-receber-fam%C3%ADlias-atingidas-pela-cheia-do-rio-acre.html. Acesso em: 15 nov. 2017.

DILMA visita o Acre após enchente histórica e entrega casas populares. **G1**, Rio Branco, 11 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/dilma-visita-o-acre-apos-enchente-historica-e-entrega-casas-populares.html>. Acesso em: 21 fev. 2015.

DOAÇÕES: igrejas fazem a diferença na ajuda aos atingidos pela cheia histórica do Rio Acre na capital. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 19 mar. 2015. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8862-doa%C3%A7%C3%B5es-igrejas-fazem-a-diferen%C3%A7a-na-ajuda-aos-atingidos-pela-cheia-hist%C3%B3rica-do-rio-acre-na-capital.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DUARTE, Alejandro Fonseca. A Vulnerabilidade Social Como Causa Fundamental Das Alagações Recorrentes No Estado Do Acre, Amazônia Ocidental. *In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CLIMATOLOGIA*, 6., 2015, Acre. **Pôster**. Acre: Acre bioclima, 2015, p. 1. Disponível em <http://www.acrebioclima.net/p19upb1cbga5d1il610k3p3n7rn5.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

ENCHENTE cria fogueira das vaidades entre os políticos acreanos. **AC 24 horas**, Rio Branco, 25 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/02/25/enchente-cria-fogueira-das-vaidades-entre-os-politicos-acreanos/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ENCHENTE do Rio Acre: Tribunal de Justiça do Acre lança campanha ‘Judiciário Solidário’. **Tribunal de Justiça**, Rio Branco, 26 fev. 2015b. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/noticias/enchente-do-rio-acre-tribunal-de-justica-do-acre-lanca-campanha-judiciario-solidario/>. Acesso em: 2 fev. 2018.

ENGENHEIROS executam ação preventiva na Ponte Juscelino Kubitschek. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 4 mar. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/engenheiros-executam-acao-preventiva-na-ponte-juscelino-kubitschek/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ENTRE gafes e abusos escaparam todos na visita de Dilma ao Acre. **AC 24horas**, Rio Branco, 11 mar. 2015. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/03/11/entre-gafes-e-abusos-escaparam-todos-na-visita-de-dilma-ao-acre/>. Acesso em: 21 fev. 2015.

FLORES, Fernanda. Após Câmara ser atingida por cheia, vereadores se mudam para a ALEAC. **G1**, Rio Branco, 12 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/apos-camara-ser-atingida-por-cheia-vereadores-se-mudam-para-aleac.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

FOTOS: Veja situação de Rio Branco nesta segunda-feira (2). **G1**. Rio Branco, 2 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/fotos/2015/03/fotos-veja-situacao-de-rio-branco-nesta-segunda-feira-2.html#F1550710>. Acesso em: 19 jan. 2018.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira; BONFIM, Cristine Vieira do; NATENZON, Claudia Eleonor. Vulnerabilidade socioambiental, inundações e repercussões na Saúde em regiões periféricas: o caso de Alagoas, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3755-3762, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br>

/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903755&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 8 jul. 2017.

FREITAS, Carlos Machado de; CARVALHO, Mauren Lopes de; XIMENES, Elisa Francioli; ARRAES, Eduardo Fonseca; GOMES, José Orlando. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600021 Acesso em: 8 jul. 2017.

FULGENCIO, Caio. Água inunda entrada do Terminal Urbano e atividades são paralisadas. **G1**, Rio Branco, 04 mar. 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/agua-inunda-entrada-do-terminal-urbano-de-rio-branco.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

FULGENCIO, Caio. Rio invade Estação de Tratamento e plano tenta evitar desabastecimento. **G1**, Rio Branco, 4 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/com-muretas-de-contencao-depasa-tenta-evitar-desabastecimento-de-agua.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GOVERNO federal reconhece estado de emergência em 5 municípios do Acre. **G1**, Rio Branco, 26 fev. 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/governo-federal-reconhece-estado-de-emergencia-em-5-municipios-do-acre.html>. Acesso em 21 fev. 2018.

GOVERNO interdita parte da Gameleira. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 28 fev. 2015b. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/governo-interdita-parte-da-gameleira/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GOVERNO e Prefeitura anunciam medidas junto as cidades alagadas. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 2 mar. 2015c. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/governo-e-prefeitura-anunciam-medidas-junto-as-cidades-alagadas/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

GOVERNO e Caixa Econômica aceleram processo de entrega de casas. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 5 mar. 2015d. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/governo-e-caixa-economica-aceleram-processo-de-entrega-de-casas/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

HAITIANOS são levados em ônibus para ver Dilma na 'Cidade do Povo'. **G1**, Rio Branco, 11 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/haitianos-sao-levados-em-onibus-para-ver-dilma-na-cidade-do-povo.html>. Acesso em: 21 fev. 2015.

HUERTAS, Franco. **Entrevista com Matus**: o método PES. São Paulo: FUNDAP, 1996.

IBGE. **Uso da terra e a Gestão do Território no Estado do Acre**. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95888.pdf>. Acesso em: 01 jun. de 2017

IMAGENS mostram que rio Madeira pode isolar o Acre. **AC 24horas**, Rio Branco, 28 jan. 2015. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/01/28/exclusivo-novas-imagens-aereas-mostram-que-rio-madeira-pode-isolar-o-acre-novamente/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

LANDMANN, Raquel Duarte Venturato. **“A ALAGAÇÃO OFENDE”**: a invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre. 2014. 290 f. Tese

(Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

LEITE, Ary. Pinheiro. **A Evolução urbana de Rio Branco (AC):** de seringal à capital. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. **Movimentos de massa nos barrancos do Rio Acre e suas implicações sócio-econômicas na área urbana de Rio Branco/Acre.** 1998. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas:** p Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1886). Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1886.pdf. Acesso em: 8 jul. 2017.

MARCUS Alexandre considera aprovação da sua gestão “um reconhecimento da população”. **AC 24 horas**, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://ac24horas.com/2016/08/30/marcus-alexandre-considera-aprovacao-da-sua-gestao-um-reconhecimento-da-populacao/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MARCUS Alexandre (PT) é reeleito prefeito de Rio Branco. **G1**. Rio Branco, 2 out. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2016/noticia/2016/10marcus-alexandre-do-pt-e-reeleito-prefeito-de-rio-branco-ac.html>. Acesso em 10 nov. 2018.

MARCUS Alexandre sanciona lei do novo Plano Diretor de Rio Branco. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 6 jan. 2017. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/11638-marcus-alexandre-sanciona-lei-do-novo-plano-diretor-de-rio-branco.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise.** Brasília, v. 12. p. 211-219, fev. 2006. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf. Acesso em: 8 jul. 2017.

MATUS, Carlos. **Teoria do Jogo Social.** São Paulo: Fundap, 2005, 524p, ISBN 85-7285-096-1

MATUS, Carlos. **Estratégias Políticas:** Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MINISTRO da Integração chega ao estado e segue para região do Alto Acre. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 27 fev. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/ministro-da-integracao-chega-ao-estado-e-segue-para-regiao-do-alto-acre/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MIRANDA, Gleilson Ministro da Integração chega ao estado e segue para região do Alto Acre. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 27 fev. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/ministro-da-integracao-chega-ao-estado-e-segue-para-regiao-do-alto-acre/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MIRANDA, Gleilson. Com pior enchente da história, Brasília, AC, decreta calamidade. **G1**, Rio Branco, ano X, n. Y, p. K, 23 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/com-pior-enchente-da-historia-brasileia-decreta-calamidade.html>. Acesso em: 21 fev. 2018.

MISOCZKY, Maria Ceci. **O campo de atenção à saúde após a Constituição de 1988**: uma narrativa de sua produção social. Orientador: Luís Roque Klering. 2002. 258 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MORADORES falam de desafios no primeiro ano da Cidade do Povo. **G1**. 22 mai. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/um-ano-depois-seguranca-e-saude-ainda-sao-desafios-na-cidade-do-povo.html> Acesso em 12 set. 2018.

MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/120/67>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira**: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Orientador: Ivo Sostisso. 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MP reativa grupo para atender vítimas da enchente no Acre. **AC 24horas**, Rio Branco, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/02/24/mp-reativa-grupo-para-atender-vitimas-da-enchente-na-capital-e-interior/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MPAC participa de lançamento do Plano Emergencial de Limpeza em Rio Branco. **MPAC**, Rio Branco, 9 mar. 2015. Disponível em: <http://www.mpac.mp.br/mpac-participa-de-lancamento-do-plano-emergencial-de-limpeza-em-rio-branco/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

'NÃO sabemos o que pode ocorrer nas próximas horas', diz Tião Viana. **G1**. Rio Branco, 2 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/nao-sabemos-o-que-pode-ocorrer-nas-proximas-horas-diz-tiao-viana.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NASCIMENTO, Aline. 'Desespero', diz prefeito de Xapuri após cidade ser tomada por águas. **G1**, Xapuri, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/desespero-diz-prefeito-de-xapuri-apos-cidade-ser-tomada-por-aguas.html>. Acesso em: 21 fev. 2018.

NASCIMENTO, José Antônio Sena do. **Vulnerabilidade a eventos climáticos Extremos na Amazônia Ocidental**: uma visão integrada na bacia do rio Acre. 2011. 285 f. Tese

(Doutorado em Planejamento Energético e Ambiental) – Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NATUREZA do Desastre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 mar. 2018. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/introducao/politica-de-prevencao-de-desastres-naturais-definha-no-pais.shtml>. Acesso em: 18 set. 2018.

NO Acre, kits emergenciais são entregues para vítimas da cheia. **G1**, Rio Branco, 5 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/no-acre-kits-emergenciais-sao-entregues-para-familias-alagadas.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

NOVOS moradores da Cidade do Povo assinam contratos de casas no AC. **G1**, Rio Branco, 31 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/01/novos-moradores-da-cidade-do-povo-assinam-contratos-de-casas-no-ac.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

OLIVEIRA, Regiani Cristina. **Estudo psicossocial e econômico das famílias atingidas por desastres naturais em áreas de risco na Cidade de Rio Branco-Acre: a expressão do desenvolvimento geográfico desigual**. 2011. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

PARTE1: Nova cheia do Rio Madeira preocupa autoridades e especialistas apontam como causa a ação humana. **A Gazeta**, Rio Branco, 26 jan, 2015. Disponível em: <http://agazetadoacre.com/parte1-nova-cheia-do-rio-madeira-preocupa-autoridades-e-especialistas-apontam-como-causa-a-acao-humana/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

PODER Público estuda formas de atendimento às vítimas de enchente. **AC 24horas**, Rio Branco, 13 mar. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2015/03/13/poder-publico-estuda-formas-de-atendimento-a-vitimas-de-enchente/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PINTO, Fernanda de Almeida; MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter. A produção social do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre – 2012-14. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 51, mai./jun. 2017.

PONTE metálica é interditada para pedestres e veículos. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 01 mar. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/ponte-metalica-e-interditada-para-pedestres-e-veiculos/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PREFEITO Marcus Alexandre decreta Estado de Calamidade Pública em Rio Branco. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 01 mar. 2015. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8735-prefeito-marcus-alexandre-decreta-estado-de-calamidade-p%C3%BAblica-em-rio-branco.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PREFEITURA e governo abrem novos abrigos para alagados. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 01 mar. 2015a. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/prefeitura-e-governo-abrem-novos-abrigos-para-alagados/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

PREFEITURA mantém atendimento às famílias que permanecem no Parque de Exposições. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 30 mar. 2015b. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8934-prefeitura->

mant%C3%A9m-atendimento-%C3%A0s-fam%C3%ADlias-que-permanecem-no-parque-de-exposi%C3%A7%C3%B5es.html. Acesso em: 15 nov. 2017.

PREFEITURA convida população para debates de revisão do Plano Diretor da capital.

Prefeitura de Rio Branco, Rio Branco, 23 out. 2015c. Disponível em:

<http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/10093-prefeitura-convida-popula%C3%A7%C3%A3o-a-participar-dos-debates-de-revis%C3%A3o-do-plano-diretor-de-rio-branco.html>. Acesso em: 14 set. 2018

PRESIDENTE do TJAC realiza visita ao Parque de Exposições Marechal Castelo Branco.

TJAC, Rio Branco, 8 mar. 2015. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/noticias/presidente-do-tjac-realiza-visita-ao-parque-de-exposicoes-marechal-castelo-branco/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RIO BRANCO. Decreto nº 214, de 1 de março de 2015. Declara situação anormal, caracterizada como ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA nas áreas do município de Rio Branco afetadas pela ocorrência de enchentes. *In*: Diário Oficial do Estado. Rio Branco, 4 de mar. 2015.

RIO BRANCO. **Lei Municipal nº 611, de 25 de junho de 1986**. Plano diretor de Desenvolvimento Urbano. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1986. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIO BRANCO. **Lei Municipal nº 612, de 25 de junho de 1986**. Plano de Organização Físico-Territorial: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1986b. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIO BRANCO. **Lei Municipal nº 1.611, de 2006**. Plano diretor da cidade de Rio Branco. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2006. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIO BRANCO. Decreto nº 674, de 27 de maio de 2014. Cria e nomeia 10 (dez) Regionais Urbanas e 05 (cinco) Regionais Rurais para auxiliar o Sistema Municipal de Gestão e Planejamento. *In*: Diário Oficial do Estado. Rio Branco, 28 de mai. 2014.

RIO BRANCO. **Relatório Final de execução das Ações de Resposta referente ao Termo de Compromisso nº 003/2015 celebrado com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Secretaria Municipal de Planejamento. Rio Branco, 2015.

RIO BRANCO. **Plano de Contingência Operacional de Enchente - 2016**. Rio Branco, 2016. Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PLANO-DE-CONTING%C3%8ANCIA-OPERACIONAL-DE-ENCHENTE-2016.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. **Revisão do Plano Diretor da Cidade de Rio Branco**. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2016. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIO BRANCO participa da elaboração do Plano Estadual de Contingência em caso de cheia dos rios Acre e Madeira. **Prefeitura de Rio Branco**. Rio Branco, 25 fev. 2015a. Disponível em:

<http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8432-rio-branco-participa-da-elabora%C3%A7%C3%A3o-do-plano-estadual-de-conting%C3%Aancia-em-caso-de-cheia-dos-rios-acre-e-madeira.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RIO Branco lança mega operação de limpeza após enchente histórica. **G1**, Rio Branco, 9 mar. 2015c. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/rio-branco-lanca-mega-operacao-de-limpeza-apos-enchente-historica.html>. Acesso em: 21 fev. 2015.

RIO invade Estação de Tratamento e plano tenta evitar desabastecimento. **G1**, Rio Branco, 4 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/com-muretas-de-contencao-depassa-tenta-evitar-desabastecimento-de-agua.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ROBAINA, Luís Eduardo de Souza. Espaço urbano: relação com os acidentes e desastres naturais no Brasil. **Ciência e Natureza**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 93-105, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/viewFile/9841/5900>. Acesso em: 12 mai. 2017.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**. IPEA, Brasília, n. 12, fev. 2006. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio1_raquel12.pdf. Acesso em: 11 mai. de 2010.

SAMPAIO, Shirlei Fontenele; JUSTINA, Eloiza Elena Della; BEZERRA, Sara Ferreira; ARAÚJO. Características Socioeconômicas dos moradores de área de risco da bacia do Igarapé Grande – Porto Velho (RO). **Revista Geonorte**, Manaus edição especial, v. 1, n. 4, p. 501-514, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/viewFile/1851/1729>. Acesso em: 8 jul. 2017.

SANTOS, George Luiz Pereira. **Incêndios florestais e enchentes lentas e graduais: os impactos dos desastres naturais do Vale do Acre**. Orientador: Carlos Estevão Ferreira Castelo. 2006. 95 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2006.

SANTOS, George Luiz Pereira. **Gestão em Defesa Civil: ocorrência de eventos extremos no estado do Acre**. Monografia (Curso Superior de Bombeiro Militar - Quadro de Oficiais Combatentes) – Escola Superior de Comando de Bombeiro Militar, ESCBM/CBMERJ, Rio de Janeiro, 2012.

SECCIONAIS da OAB e Conselho Federal manifestam apoio para doações e a coleta de donativos em prol dos desabrigados. **OAB/AC**. Rio Branco, 12 mar. 2015. Disponível em: <http://www.oabac.org.br/seccionais-da-oab-e-conselho-federal-manifestam-apoio-para-doacoes-e-a-coleta-de-donativos-em-prol-dos-desabrigados/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SECRETÁRIO de Habitação do Acre diz que “existe uma cultura de venda ilegal de casas”. **AC24horas**. Rio Branco, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2016/03/31/secretario-de-habitacao-do-acre-diz-que-existe-uma-cultura-de-venda-ilegal-de-casas/>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Silvio Simione da. **A fronteira agropecuária acreana**. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 1999. 375 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

SOS ACRE. **Missões Nacionais**. Rio de Janeiro, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://www.missoesnacionais.org.br/single-post/2015/03/03/SOS-Acre> Acesso em: 19 jan. 2018.

SOS ACRE. **Igreja Presbiteriana do Brasil**, São Paulo, 23 mar. 2015. Disponível em: <http://www.ipb.org.br/informativo/sos-acre-3973>. Acesso em: 19 jan. 2018.

VALE, Sérgio. Engenheiros executam ação preventiva na Ponte Juscelino Kubitschek. **Agência de Notícias**, Rio Branco, 4 mar. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/engenheiros-executam-acao-preventiva-na-ponte-juscelino-kubitschek/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

VALÊNCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor e GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RIMA Editora, 2009. 280 p., ISBN 978-85-7656-165-1. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf. Acesso em: 12 mai. 2017.

VICENTTI, Marcos. Marcus Alexandre abre debates para revisão do Plano Diretor de Rio Branco. **Prefeitura de Rio Branco**, Rio Branco, 10 fev. 2015. Disponível em: <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8612-marcus-alexandre-abre-debates-para-revis%C3%A3o-do-plano-diretor-de-rio-branco.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VÍTIMAS de cheia histórica no Acre devem receber FGTS a partir de terça. **G1**, Rio Branco, 4 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/04/vitimas-de-cheia-historica-no-acre-devem-receber-fgts-partir-de-terca.html>. Acesso em: 12 set. 2018.